



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

191ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 12, 13 e 14 de julho de 2011

BRASÍLIA – DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

191ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 12, 13 e 14 de julho de 2011

1 Aos treze dias do mês de julho de dois mil e onze teve início a Centésima Nonagésima Primeira
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da
4 Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE, Carlos Eduardo Ferrari.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:
6 Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS e Representante Titular da Associação
7 para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Renato Francisco dos
8 Santos Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira
9 Brenda Pereira Silva, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;
10 Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, FONSEAS; Conselheiro José Geraldo França Diniz,
11 MPOG; Conselheira Fátima Aparecida Rampim, Ministério da Previdência Social; Conselheira
12 Célia Mota de Carvalho, FONSEAS; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, CONGEMAS;
13 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro Pedro Vilmar Ost, União
14 Brasileira de Educação e Ensino – UBEE; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Fundação
15 ORSA; Conselheiro Antônio Celso Pasquini, União Social Camiliana; Conselheiro Renato Saidel
16 Coelho, Associação da Igreja Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita
17 Brasileira; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheira Maria do Carmo
18 Tourinho Ribeiro, Associação Brasileira de Autismo; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de
19 Araujo, FENEIS; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheira Maria da
20 Conceição Pires dos Santos, FENAPAES; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Federação
21 Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheira Jane Pereira Clemente, FENATRIBEF;
22 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, CNTSS/CUT; Conselheira Ana Carolina
23 Barros Pinheiro Carrenho, OAB; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, CTB; e,
24 Conselheira Márcia Mansur Seedallah, Conselho Federal de Psicologia. **Visitantes:** Tarciana Matos
25 de Azevedo, CNS (FENTAS/CFL); Waleska Batista Fernandes, CNS; Maria Joaquina de Jesus,
26 CEAS/GO – FONACEAS; Edilar Cruz, CCEAS/RS; Daisy Ap. Boaretto Constâncio, CAS/DF;
27 Ana Luiza Suplicy Gonçalves, Fundação da Ação Social/PR; Fernanda Santana,
28 CMAS/Votuporanga/SP; Marlene Merisse, CFESS; Maria Dolores da C. Pinto, CEE/FENAPAE,
29 Susan Faria, GM/MDS; Bruna Chaves, UnB; Ana Beatriz M. de Almeida, CAS/DF; e, Micheline
30 Alves de Marcus, CEAS/PE. **ABERTURA.** Iniciando o evento, a Sra. Jamile calado, deu as boas
31 vindas aos presentes, anunciando a eleição em posse da presidência do CNAS, mandato 2011/2012.
32 Convidou para a cerimônia o Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari; Ministro do Desenvolvimento
33 Social e Combate à Fome em exercício, Rômulo Paes; Sr. Israel Stal, Secretário-Executivo Adjunto
34 - Substituto do MDS; Secretária Nacional de Assistência Social adjunta, Sra. Valéria Gonelli; e,

35 Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula. A seguir, convidou o Conselheiro Carlos Eduardo
36 Ferrari para início da cerimônia de eleição e posse, que cumprimentou os presentes e solicitando à
37 Secretária-Executiva que fizesse a verificação do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade:
38 Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Eutália Barbosa Rodrigues, José Geraldo França
39 Diniz, Fátima Aparecida Rampim, Célia Mota de Carvalho, Sérgio Wanderly Silva, Antonio Celso
40 Pasquini, Clodoaldo Lima de Leite, Carlos Eduardo Ferrari, Samuel Rodrigues, Pedro Vilmar Ost,
41 Frederico Jorge de Souza Leite e Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria. Conselheiros
42 Suplentes: Conselheira Brenda Ferreira Silva, José Ferreira Crus, Marisa Rodrigues da Silva,
43 Wagner Carneiro de Santana, Renato Saidel Coelho, Leila Pizzato, Maria Auxiliadora Bezerra de
44 Araújo, José Araújo da Silva, Maria da Conceição Pires dos Santos, Jane Pereira Clemente, Ana
45 Carolina Pinheiro Carrenho e Márcia Mansur Saadallah. O Conselheiro Carlos Ferrari solicitou à
46 Secretária-Executiva a condução do processo de eleição, com a chapa da presidência e Vice-
47 Presidência, seguindo processo de recondução do Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, representante
48 das organizações de usuários da Sociedade Civil e, para a vice-presidência, representando o
49 Governo, o Conselheiro Renato Francisco de Paula: Conselheiro Renato Francisco dos Santos
50 Paula?”De acordo com a chapa”. Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues? “De acordo com a chapa
51 que compõe Carlos Eduardo e Francisco de Paula”. Conselheiro Jose Geraldo França Diniz?”Meu
52 voto é “sim”. Conselheira Fátima Aparecida Rampim? “De acordo com a chapa proposta”.
53 Conselheira Célia Mota de Carvalho? “De acordo com a chapa”. Conselheiro Sérgio Wanderly
54 Silva? “Apoio”. Conselheiro Antonio Celso Pasquini? “De acordo com a chapa”. Conselheiro
55 Clodoaldo Lima de Leite? “De acordo”. Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari? “De acordo com a
56 chapa”. Conselheiro Pedro Vilmar Ost? “De acordo com a chapa”. Conselheiro Frederico Jorge de
57 Souza Leite? “De acordo com a composição do Eduardo Ferrari e do Vice-Presidente, em busca da
58 retomada da nossa autonomia do nosso Conselho. E voto na nossa confiança nessa retomada”.
59 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria? “De pleno acordo com a chapa”.
60 Conselheiro Samuel Rodrigues? “De acordo”. A seguir, a Secretária-Executiva computou a vitória
61 da chapa de recondução por treze votos favoráveis, passando á leitura do termo de posse: “*Termo*
62 *de posse da presidência e vice-presidência do Conselho Nacional de Assistência Social, gestão*
63 *2011/2012. Aos treze dias do mês de julho de dois mil e onze, às nove horas e trinta minutos, a*
64 *plenária do CNAS, reunido no auditório do edifício sede do Ministério da Previdência Social, bloco*
65 *F, situado na Esplanada dos Ministérios, cidade de Brasília/DF, deu posse ao presidente do*
66 *Conselho Nacional de Assistência Social, Senhor Carlos Eduardo Ferrari, eleito na mesma data,*
67 *por quórum qualificado votos dos Conselheiros e Conselheiras titulares presentes, e fazendo*
68 *exigência de dois terços do quórum; e o Vice-Presidente do CNAS, Senhor Renato dos Santos*
69 *Paula, eleito na mesma data, por quórum qualificado votos dos Conselheiros e Conselheira*
70 *titulares presentes, e fazendo exigência de dois terços do quórum, para mandato de um ano, a*
71 *partir desta data. Assinaram este termo de posse, o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate*
72 *à Fome, Rômulo Paes, Secretária Nacional de Assistência Social, Valéria Gonelli, o Presidente do*
73 *Conselho Nacional, Sr. Carlos Ferrari, o Vice-Presidente Renato Francisco dos Santos Paula,*
74 *Conselheiros titulares, suplentes presentes na reunião.” Após a assinatura do termo de posse, o*
75 *Presidente agradeceu a confiança de todos os Conselheiros Nacionais por mais esse ano, ao*
76 *segmento dos trabalhadores nesse Conselho e, em especial, à Federação Nacional dos Psicólogos, o*
77 *Conselheiro Frederico Leite e o Conselheiro Carlos Rogério, da Central dos Trabalhadores e*
78 *Trabalhadoras do Brasil e à equipe do CNAS, ademais de todas as entidades e Conselhos do Brasil.*
79 *A seguir, o Vice-Presidente Renato Francisco dos Santos Paula, agradeceu aos presentes e o voto de*
80 *confiança dado pelo Conselho Nacional nessa recondução, esperando a colaboração de todos no*

81 trabalho em prol do processo de controle social da política de Assistência. A Secretária Nacional de
82 Assistência Social Adjunta, Sra. Valéria Gonelli, cumprimentou os presentes citando a presença da
83 Sra. Ana Lígia Gomes, representando a Assistência Social do DF. Falou sobre a participação de
84 todos na efetivação da política de Assistência Social, procedendo à leitura de uma mensagem da
85 Secretária Nacional, Sra. Denise Colin: *“Em tempos de reafirmação do SUAS, materializado na Lei*
86 *12.435, como já disse, e na Lei 12.101 de 2009, que amplie e altere o conteúdo da LOAS, dessa*
87 *forma colhendo todos os avanços que estamos construindo desde 2005 nesse país, é fundamental*
88 *destacar a participação deste Conselho que a partir das deliberações das Conferências de*
89 *Assistência Social, instituiu em 2005, há exatamente 6 anos, por meio de sua Resolução 105/2005,*
90 *o Sistema Único de Assistência Social, que hoje está presente em quase 100% dos municípios, de*
91 *todos os estados e do DF. Portanto, por ter absoluta importância nesse Conselho, reafirmamos*
92 *aqui, em nome do SNAS, o compromisso com o fortalecimento desse Conselho, bem como o mais*
93 *profundo respeito a sua autonomia política, considerando-a uma das dimensões mais importantes*
94 *no controle social, conquistado por meio da luta do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras*
95 *deste país. Para finalizar, agradecemos a transmissão deste espaço e desejo ao Presidente Carlos*
96 *Ferrari e a Vice-Presidente Renato de Paula e a todos os Conselheiros e Conselheiras da*
97 *Sociedade Civil e do Governo, mais um ano de vitoriosa gestão a frente do Conselho Nacional de*
98 *Assistência Social, para que possamos continuar a aprimorar essa política e, assim, consolidarmos*
99 *os direitos socioassistenciais para todos os brasileiros que necessitam. Um forte abraço para todos*
100 *e todas e até muito breve. Secretária Nacional Denise Colin.”* O Ministro em exercício do MDS,
101 Dr. Rômulo Paes, cumprimentou o Presidente e o Vice-Presidente, os demais presentes,
102 parabenizando pela excelente escolha feita na recondução dos dois dirigentes, ressaltando o
103 importante ano para o Conselho, citando o lançamento do Programa Brasil sem Miséria, onde o
104 Brasil reposicionava sua forma de abordar a questão da extrema pobreza e, assim chamar a
105 Assistência Social para ter um papel de coordenação desse conjunto de políticas, sendo esse,
106 também, o ano de consolidação de marco legal do SUAS. Falou sobre os desafios existentes e a
107 política adotada pelo governo para a condução do acelerado processo de desenvolvimento, assim
108 como a situação mundial, levando ao governo ao contingenciamento de recursos, o que resultava
109 em um grande impacto no investimento público, ressaltando a importância desse momento e do
110 conselho que apresentava até o momento grande maturidade no tratamento dessas questões.
111 Encerrando o Ministro do MDS discorreu sobre a importância da política de Assistência Social e
112 sua repercussão no exterior, além de colaborar na superação dos problemas existentes no país. O
113 Presidente destacou a participação do deputado Eduardo Barbosa para o PL/SUAS, convidando-o a
114 pronunciar algumas palavras para o público presente. O deputado cumprimentou pela recondução
115 dos dirigentes do CNAS, e, como presidente da Federação Nacional das APAES, sentia-se
116 representado pelo movimento através do Presidente Ferrari, discorrendo sobre suas ações. Citou o
117 MDS e ao CNAS, que haviam dado um exemplo de articulação no parlamento brasileiro de
118 aprovação e discussão do PL/SUAS no Congresso Nacional, discorrendo como essa tramitação
119 havia se dado, destacando o diálogo aberto do Ministério, que havia favorecido chegar ao plenário
120 com textos confluentes e nenhuma resistência. Discorreu sobre sua satisfação em ter participado
121 nesse processo, relatando sua trajetória e participação no CNAS, e agradecendo a todos aqueles que
122 haviam contribuído para a sua efetivação. O Presidente solicitou que a Secretária-Executiva fizesse
123 a leitura de parceiros do CNAS presentes, deixando registrado na história do Congresso Nacional,
124 que inicialmente atualizou o quórum, Conselheiros titulares presentes: Carlos Rogério e Antonio
125 Carlos. Convidados presentes: Conselho Nacional de Saúde, CFESS, Conselho Nacional da Criança
126 e do Adolescente, o Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social, Secretaria-Geral

127 da Presidência da República, Coordenador-Geral da área de Desenvolvimento Social, Federação
128 Nacional das APAES, Conselho Federal de Psicologia, Secretária dos Direitos Humanos, Presidente
129 do CAS/DF, Presidente do Conselho Estadual de Goiás, Presidente do Conselho Estadual do Rio
130 Grande do Sul, Prefeitura de São José dos Campos, Instituto Aprender, Nacional da Criança,
131 PAED, Nosso Lar, ABEC, Casa do Caminho, CRIAMAR, Lar do São José, Casa Transitória de
132 Brasília, Casa Flor, AlterCom, ABRIG, Padre Cícero, Casa de Passagem, e, Sagrado Coração de
133 Jesus. O Presidente indicou a presença do Secretário Nacional de Avaliação e Gestão da Informação
134 da SAGI, Sr. Paulo Jannuzi. A seguir, passou a palavra para a Presidente da Frente Parlamentar dos
135 Direitos da Pessoa com Deficiência, deputada Rosinha, que cumprimentou o Presidente pelas
136 atividades desenvolvidas e sua superação física, ademais da aprovação da Lei do SUAS, grande
137 conquista da Assistência Social. Cumprimentou o MDS pela trabalho que vinha desenvolvendo,
138 agradecendo ao deputado Eduardo Barbosa que, nessa militância, vinha levantando a bandeira da
139 pessoa com deficiência, discorrendo sobre a Lei e as alterações que possivelmente traria ao longo de
140 sua aplicação, relatando a agenda sobre esse processo. O Presidente registrou a presença do Foro
141 Nacional de Assistência Social, da CONANDA, da Saúde, do CAS/DF, do CAS/Goiás, Rio Grande
142 do Sul, membros do FONSEAS, e o Foro Nacional dos Trabalhadores do SUAS. O Ministro do
143 MDS agradeceu as palavras dos deputados Eduardo Barbosa e Rosinha e dizer que o MDS
144 continuaria contribuindo com essas ações, cumprimentando a todos e desejando bom trabalho. O
145 Presidente passou a palavra para os Conselheiros, para registro, com a Coordenadora do Fórum de
146 Assistência Social e membro do Conselho Federal de Psicologia, ex-conselheira, Iolete, que
147 parabenizou pela conquista da consolidação não só do SUAS, mas também desse espaço
148 participativo e de construção da política que eram os Conselhos de Assistência Social,
149 especialmente em busca da sua autonomia e do seu fortalecimento. O Presidente informou que no
150 dia da sanção do PL, havia sido passado um vídeo que apresentou o Sistema Único de Assistência
151 Social, o qual foi projetado a seguir, após o que o Presidente agradeceu à ASCOM por esse
152 trabalho. O Presidente do CAS/DF, Sr. Leovani, falou sobre a importância de ter o CNAS
153 fortalecido, avançando nas políticas de estado, o que vinha se intensificando com a aprovação do
154 PL/SUAS. Parabenizou o CNAS pela eleição dos dirigentes, destacando a responsabilidade não
155 apenas por ser ano de Conferência, mas também por colocar em prática o PL/SUAS. A Vice-
156 Presidente do CONANDA, Sra. Mirian, agradecendo o convite, cumprimentou os dirigentes pela
157 recondução, destacando a parceria do CONANDA com o Conselho, com várias resoluções
158 aprovadas em conjunto, desejando que continuassem aprimorando esse diálogo e essa relação dos
159 Conselhos. Indicou que nesse dia se comemorava 21 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente,
160 realizando-se uma audiência pública na Câmara para comemorar essa data, convidando os presentes
161 para participarem desse ato. A Sra. Marlene, do Conselho Federal de Serviço Social, destacou a
162 importância desse momento, na criação e na consolidação do SUAS, discorrendo sobre o que
163 haviam alcançado até esse momento, assegurando uma política pública de Assistência Social como
164 todos mereciam. O Presidente registrou a presença do Fórum Nacional de Entidades dos
165 Trabalhadores da Saúde, FENTA. A seguir, os Conselheiros Pedro Ost, Sérgio Wanderly, Renato
166 Saidel, Clodoaldo, Maria da Conceição, Leila Pizzato, Carlos Rogério, José Crus, Wagner Santana,
167 José Araújo e Ana Carolina, tomaram da palavra, ressaltando o comprometimento de suas entidades
168 no trabalho realizado pelo CNAS, colocando-se à disposição da mesa eleita para prosseguir com o
169 trabalho de efetivação das políticas de Assistência Social. **ENCERRAMENTO.** O Presidente
170 encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para retornarem às 14h. **ABERTURA.**
171 Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum:
172 Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Eutália

173 Barbosa Rodrigues, Jose Geraldo França Diniz, Fátima Aparecida Rampim, Célia Mota de
174 Carvalho, Sérgio Wanderly Silva, Antonio Celso Pasquini, Clodoaldo Lima de Leite, Carlos
175 Eduardo Ferrari, Samuel Rodrigues, Pedro Vilmar Ost, Frederico Jorge de Souza Leite e Maria
176 Aparecida do Amaral Godoi de Faria. Conselheiros Suplentes: Conselheira Brenda Ferreira Silva,
177 José Ferreira Crus, Marisa Rodrigues da Silva, Wagner Carneiro de Santana, Renato Saidel Coelho,
178 Leila Pizzato, Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, José Araújo da Silva, Maria da Conceição
179 Pires dos Santos, Jane Pereira Clemente, Ana Carolina Pinheiro Carrenho e Márcia Mansur
180 Saadallah. O Presidente em exercício, justificou a ausência do Presidente, agradecendo a todos os
181 Conselheiros pelas palavras de elogio proferidas e solicitando o registro pela sua recondução. **Item**
182 **Aprovação da ata da 190ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta.** A seguir, indagou se havia
183 alguma observação em relação à ata da 190ª Reunião Ordinária do CNAS. Em não havendo a
184 mesma foi aprovada pelo Pleno. **Pauta. Dia 12/07/2011** - 9h às 13h: - Reunião da Comissão de
185 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social: Apreciação de documentos orientadores
186 aos Conselhos de Assistência Social e outros; 14h às 18h: - Reunião da Comissão de Financiamento
187 e Orçamento da Assistência Social: Apresentação da proposta orçamentária 2012, análise do
188 relatório de execução orçamentária do FNAS e outros. - Reunião da Comissão de Normas:
189 Sistematização e regulamentação das competências do CNAS definidas nos incisos III e IV do art.
190 18 da LOAS e no inc. III do art. 27 da Lei nº 12.101/2009 e outros. - Reunião da Comissão de
191 Política da Assistência Social: Recursos humanos no âmbito do SUAS e outros. **13/07/2011:** 09h às
192 10h: - Eleição e posse da Presidência do CNAS. 10h às 12h: - Ato solene sobre o PL SUAS. 14h às
193 14h15min: *Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2.* - Aprovação da ata da 190ª
194 Reunião Ordinária do CNAS e da pauta. 14h15min às 15h: - Informes da Presidência/Secretaria-
195 Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros. 15h às 18h: - Relato da Comissão Organizadora da VIII
196 Conferência Nacional de Assistência Social. 18h às 20h: - Reunião da Presidência Ampliada. **Dia**
197 **14/07/2011:** 9h às 9h30min: - Apresentação do *mídia training* pela ASCOM/MDS. 9h30min às
198 10h30min: - Relato dos Conselheiros nacionais quanto à participação em quatro Conferências
199 Municipais de Assistência Social das capitais. 10h30min às 12h: - Relato da Presidência Ampliada.
200 14h às 16h: - Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. 16h às 17h:
201 - Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. 17h às 17h30min:
202 - Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. 17h30min às 18h: - Relato da Comissão de
203 Política da Assistência Social. Com relação à pauta, o Conselheiro Renato Saidel solicitou a
204 inclusão de um relato de GT do inciso III e IV, do artigo II da LOAS, o qual necessitava ser
205 aprovado pelo Pleno. **Informes.** O Presidente em exercício informou a presença das Sras. Ruth
206 Ribeiro e Graciara, do Conselho Nacional de Saúde, com quem havia trabalhado durante o processo
207 de formação e discussão da Conferência Mundial sobre o Sistema de Seguridade Social,
208 discorrendo sobre sua importância e a necessidade de aproximação entre a Assistência e a Saúde,
209 discorrendo sobre essas duas políticas. A Sra. Ruth informou representar o Conselho Federal de
210 Serviço Social no Conselho Nacional de Saúde, a Sra. Graciara, representava o Conselho Federal de
211 Odontologia e a Sra. Vanessa, assessora técnica. Parabenizou pela recondução, o que demonstrava a
212 confiança que o conselho tinha nos dois representantes, informando a presença de um grupo do
213 Conselho Nacional no Palácio pela aprovação da agora Lei SUAS, discorrendo sobre a luta
214 existente para esse reconhecimento. Falou sobre a parceria existente entre as duas políticas,
215 fortalecendo a seguridade social, distribuindo alguns informes sobre o uso do SUS em todas as
216 políticas e falando que a idéia era publicizar e levar as Conferências para as ruas, para o que
217 estavam convidando os 31 Conselhos catalogados na Casa Civil, além dos segmentos que não
218 estavam organizados, garantindo a participação dessa população. A Sra. Ruth discorreu sobre os

219 temas tratados e a discussão sobre o SUS, com os Conselhos Estaduais podendo contar com
220 Conselheiros de Saúde e cujo convite para participação vinham fazer pessoalmente. Indicou que na
221 página do CNAS tinha uma página só do Conselho, com twitter e facebook, querendo atingir essas
222 pessoas e informando, também, as videoconferências, com a segunda se realizando no dia 23 de
223 agosto, das 10h00min às 15h00min, solicitando sua divulgação para . os Conselhos Municipais e
224 Estaduais, colocando-se à disposição para esclarecimentos. O Conselheiro José Crus observou que o
225 CNAS também solicitava apoio ao Conselho de Saúde no processo de mobilização da 8ª
226 Conferência Nacional de Assistência Social, nos dias 7, 8, 9 e 10 de dezembro, destacando a
227 importância dessa integração e solicitando esse registro. O Conselheiro Carlos Rogério, indicando
228 que a CTB, era filiada no Conselho Municipal de Saúde, através do Conselheiro Ronald,
229 participando, também, das negociações sobre a seguridade social no Ministério da Previdência, com
230 a realização de um encontro de seguridade social, desejando fortalecer as Conferências temáticas da
231 Saúde, da Assistência e atuando na Previdência. O Presidente em exercício informou que o Canal
232 Saúde citado pela Sra. Ruth e gerenciado pela FIOCRUZ, havia feito um programa sobre o SUAS,
233 falando sobre o mesmo e indicando que solicitaria para a Secretária-Executiva encaminhar para os
234 Conselheiros. Falou sobre as semelhanças entre as arquiteturas da Assistência e da Saúde,
235 registrando que o Presidente vinha discutido com o Conselho de Saúde as questões relativas ao
236 momento conjuntural que viviam, discorrendo sobre as dificuldades que o controle social estava
237 passando e que era difícil para todos. Destacou a importância da presença da Saúde para ratificar
238 essa parceria, discorrendo sobre os encontros realizados com vários segmentos, com trocas
239 extremamente importantes com as pessoas que estavam nas Comissões Organizadoras das
240 Conferências. Concluindo, reputou como importante a visita da Sra. Ruth, esperando que muitas
241 outras se realizassem, trocando experiências nas suas Conferências. A Sra. Ruth relatou os eventos
242 em andamento, sugerindo articular Saúde, Assistência, Educação, Comunicação e fazer um grande
243 encontro. Com relação ao Canal Saúde sugeriu a realização de um programa sobre a seguridade
244 social brasileira, iniciando com Saúde, Assistência e Previdência, destacando que a articulação
245 SUAS e SUS era fundamental. Ressaltou que a parceria entre Saúde, Assistência e a Criança e o
246 Adolescente, era muito importante, discorrendo sobre a importância dos Conselhos e com essas
247 Conferências ajudando para se pensar em um grande encontro, talvez no próximo ano, para discutir
248 a seguridade social, colocando-se à disposição para o que fosse necessário. O Conselheiro José Crus
249 destacou que a Conferência Zero havia sido um marco histórico, podendo se repetir esse encontro
250 com a estratégia atual. Solicitou à Secretária-Executiva que entregasse alguns exemplares do jornal
251 do CNAS e que trazia várias matérias que contribuíam para esse processo de mobilização das
252 Conferências, informando que esse material estava na página do CNAS e do MDS. A Secretária-
253 Executiva passou ao **Item “Informes da presidência e da Secretaria-Executiva. Informes gerais.**
254 **Ausências justificadas:** *Conselheiro Samuel Rodrigues, no período da tarde do dia 13 e 14 de*
255 *julho, na 191ª Reunião Ordinária do CNAS, para participar da reunião do Comitê Intersetorial de*
256 *Monitoramento e Acompanhamento da Política para a População de Rua; Conselheira Anna*
257 *Claudia Romano Pontes, nos dias 12, 13 e 14 de julho, na 191ª Reunião Ordinária do CNAS, por*
258 *motivo de férias; Conselheira Nelma Azeredo, nos dias 12, 13 e 14 de julho, na 191ª Reunião*
259 *Ordinária do CNAS, devido à sua participação nas Conferências Municipais do Estado do Rio de*
260 *Janeiro; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, nos dias 13 e 14 de julho, na 191ª Reunião*
261 *Ordinária do CNAS, por motivo de viagem a trabalho; Conselheira Marcia Mansur Saadallah, nos*
262 *dia 12 de julho, na 191ª Reunião Ordinária do CNAS, por compromissos anteriormente assumidos;*
263 *Conselheira Brenda Ferreira da Silva, dia 12 e tarde do dia 13 de julho, na 191ª Reunião*
264 *Ordinária do CNAS, por compromissos institucionais e exames médicos pré-agendados;*

265 *Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, no dia 15 de julho, no GT Resolução nº 38/2010 por*
266 *compromissos assumidos anteriormente. E-mails enviados aos Conselheiros: Convocação para os*
267 *Conselheiros Nacionais, Titulares e Suplentes para a 191ª Reunião Ordinária do CNAS, nos dias*
268 *12, 13 e 14 de julho de 2011, de 9h às 18h, em Brasília/DF; Convocação para o Conselheiro*
269 *Renato Saidel Coelho representar o CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de*
270 *Palmas/TO, nos dias 01 e 02 de julho de 2011, das 9h às 18h, em Palmas/TO; Convocação para os*
271 *Conselheiros Renato Francisco dos Santos Paula, Frederico Jorge de Souza Leite, Renato Saidel*
272 *Coelho, José Araújo da Silva, Marisa Rodrigues da Silva, José Ferreira da Cruz e Célia Mota de*
273 *Carvalho participarem da VII Reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional*
274 *de Assistência Social, nos dias 04 e 05 de julho de 2011, neste CNAS; Convocação para o*
275 *Conselheiro José Ferreira Cruz representar o CNAS na Conferência Municipal de Assistência*
276 *Social de Teresina/PI, nos dias 05, 06 e 07 de julho de 2011, em Teresina/PI; Convocação para o*
277 *Conselheiro Wagner Carneiro de Santana representar o CNAS na Conferência Municipal de*
278 *Assistência Social de Cuiabá/MT, nos dias 07 e 08 de julho de 2011; Convocação para a*
279 *Conselheira Leila Pizzato representar o CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de*
280 *Florianópolis/SC, nos dias 07 e 08 de julho de 2011, em Florianópolis/SC; Convocação para a*
281 *Conselheira Eutália Barbosa, representar o CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social*
282 *de Rio Branco/AC, nos dias 07 e 08 de julho de 2011, em Rio Branco/AC; Convocação para os*
283 *Conselheiros Samuel Rodrigues, Jane Clemente, Leila Pizzato, Renato Saidel Coelho, Simone*
284 *Aparecida Albuquerque, Sérgio Wanderly Silva, Maria do Socorro Fernandes e Eutália Barbosa*
285 *Rodrigues, integrante do GT constituído pra discussão dos incisos III e IV do artigo 2º da LOAS,*
286 *para reunião no dia 11 de julho de 2011, neste CNAS; Convocação para o Conselheiro Wagner*
287 *Carneiro de Santana representar o CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de*
288 *Campo Grande/MS, nos dias 21 e 22 de julho de 2011; Convocação do Conselheiro Jose Ferreira*
289 *da Cruz representar o CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de Aracaju/SE, a ser*
290 *realizada nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2011, de 9h às 18h; Convocação para o Conselheiro*
291 *Renato Saidel Coelho representar o CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de*
292 *Porto Velho/RO, nos dias 27, 28 e 29 de 2011; Convocação para o Conselheiro Jose Araujo da*
293 *Silva representar o CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de Rio Branco/AC, nos*
294 *dias 07 e 08 de julho de 2011; Boletim Semanal MDS nº 289/2011 que destaca o Plano Brasil sem*
295 *Miséria; Apresentação sobre as metas de desenvolvimento do CRAS por períodos anuais 2009-*
296 *2013, elaborada pela SNAS/MDS e apresentada na 190ª Reunião Ordinária do CNAS; Indicação*
297 *do Conselho Nacional de Saúde para o Sr. José Naum de Mesquita Chagas compor a Comissão*
298 *Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social para os integrantes da mesma;*
299 *Documento elaborado pela Dr.ª Márcia Pinheiro sobre a participação dos usuários na política de*
300 *Assistência Social: uma proposta de olhar para a comissão de normas do CNAS 2011 e o*
301 *consolidado na comissão de normas sobre as contribuições recebidas na consulta pública, para*
302 *leitura e considerações necessárias; Material disponível sobre o processo de Conferências de*
303 *Assistência Social de 2011, tais como subsídios para participação dos Conselheiros nas*
304 *Conferências Municipais de Assistência, informes, orientações e logomarca da Conferência;*
305 *Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011 que ratifica a equipe de referência definida pela Norma*
306 *Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema único de Assistência Social e reconhecer as*
307 *categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços*
308 *socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do SUAS; Resolução nº 18 de 20 de julho de*
309 *2011, que regulamenta as competências do CNAS definidas nos incisos III e IV do artigo 18 da Lei*
310 *8.742, de 7 de dezembro de 1993; Convocação para os Conselheiros Clodoaldo de Lima Leira,*

311 *Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo e Frederico Jorge de Souza Leite participarem da I Reunião*
312 *do Comitê de Acessibilidade da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de*
313 *Assistência Social, no dia 11 de julho, em Brasília/DF; Comunicado confirmando a realização da*
314 *106ª Reunião Ordinária da CIT no dia 6 de julho de 2011, em João Pessoa/PB para o Conselheiro*
315 *Renato Saidel; Boletim semanal nº 290 – 24 a 30 de junho de 2011 destacando que a adesão ao*
316 *SUAS garante à prefeitura mais verbas para políticas sociais; Convocação para os Conselheiros*
317 *Samuel Rodrigues, Jane Clemente, Leila Pizzato, Renato Saidel Coelho, Simone Aparecida*
318 *Albuquerque, Sérgio Wanderly, Maria do Socorro Fernandes e Eutália Barbosa Rodrigues,*
319 *integrantes do GT constituído para discussão dos incisos III e IV do artigo 2º da LOAS,*
320 *participarem de reunião no dia 11 de julho de 2011, em Brasília/DF; Informativo SUAS nº32/ I a*
321 *15 de julho de 2011, que se refere aos trabalhadores do SUAS; Informe sobre o cancelamento da*
322 *reunião da CIT em João Pessoa para Conselheiro Renato Saidel; Boletim MDS semanal nº 291 –*
323 *1º a 7 de julho de 2011 que destaca a retomada das oficina de capacitação sobre controle social;*
324 *consulta sobre a disponibilidade de agenda para representar o CNAS como palestrante na*
325 *Conferência Municipal de Assistência Social em Luís Eduardo Magalhães/BA no dia 6 de julho de*
326 *2011; Apresentação para as Conferências Municipais de Assistência Social para a Conselheira*
327 *Marisa Rodrigues; Convite para a sanção presidencial do PL/SUAS 189/20, que dispõe sobre a*
328 *organização do SUAS, pela Presidente da República, Dilma Rousseff, dia 06/07/2011, em Brasília;*
329 *Pauta da 106ª Reunião da CIT para o Conselheiro Renato Saidel; Regulamento da VIII*
330 *Conferência nacional de Assistência Social aos integrantes da Comissão Organizadora da referida*
331 *Conferência; Consulta sobre a disponibilidade de agenda para representar o CNAS como*
332 *representante na Conferência Municipal de Assistência Social em Camaçari/BA, nos dias 27 e 28*
333 *de julho de 2011; Consulta aos Conselheiros Clodoaldo de Lima Leite e Frederico Jorge de Souza*
334 *Leite sobre a disponibilidade de representarem o CNAS Encontro Nacional de Monitoramento do*
335 *SUAS 2011, nos dias 20 e 21 de julho de 2011, em Brasília/DF, além de informá-los sobre a*
336 *operacionalização por parte do SUAS; Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011- DOC 07/07/2011 –*
337 *seção I, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dispõe sobre a organização da*
338 *Assistência Social e institui o SUAS; Pauta da 191ª Reunião Ordinária – SUAS; Informativo SUAS*
339 *Especial, de 6 de julho de 2011 sobre a sanção da Lei do SUAS; Proposta de apresentação para os*
340 *conselheiros, como forma de subsidiar o planejamento e organização de suas exposições nas*
341 *Conferência Municipal de Assistência Social; Cópia da Lei nº 8.742/1993 (LOAS) devidamente*
342 *consolidada com as alterações da Lei Nº 12.435/2011; Boletim MDS nº 292 – 8 a 14 de julho de*
343 *2011, com destaque para o informe sobre as conferências de Teresina, Palmas e Cuiabá; Ata e*
344 *Degração da Reunião da 190ª Reunião Ordinária do CNAS. **III. Participação do CNAS: O***
345 *Presidente do CNAS, Senhor Carlos Eduardo Ferrari participou da terceira Reunião da COM da*
346 *1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial que será realizada no*
347 *dia 30 de junho de 2011 em Brasília/DF. **IV. Convites recebidos de Conferências Municipais.** IV.*
348 *I. O CNAS irá participar, já que não haverá custos: CMAS de Divisa Nova/MG. IV. II. O CNAS*
349 *não irá participar e o CMAS já foi informado: CMAS de Barreiras/BA; CMAS de Magé/RJ; CMAS*
350 *de São Luís Eduardo Magalhães/BA; CMAS de Pinhais/PR; CMAS de Arapiraca/AL; CMAS de*
351 *Santana do Livramento/RS; CMAS de Vitória da Conquista; CMAS de Criciúma/ SC. V.*
352 ***Comunicado:** A Presidência do CNAS justificou ausência na 12ª Reunião da Comissão*
353 *Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Saúde, por compromissos anteriormente agendados;*
354 *A Comissão de Direitos Humanos encaminhou ao CNAS convite para participar da audiência*
355 *pública no dia 13 de julho de 2011, destinada a avaliar conquistas e desafios do Estatuto da*
356 *Criança e do Adolescente, no marco dos 21 anos da sua edição. A Presidência agradeceu o convite*

357 e informou que impossibilidade de comparecimento devido a realização da 191ª Reunião
358 Ordinária; A Professora Dr.ª Jolinda de Moraes Alves encaminhou e-mail de manifestação a
359 sanção da Lei do SUAS, ressaltando que o CNAS é o representando máximo do controle social da
360 gestão democrática e participativa da política de assistência social; A Professora Egli Muniz
361 encaminhou e-mail de manifestação a sanção da Lei do SUAS, parabenizando o CNAS e todos que
362 se mobilizaram na luta pela aprovação do PL/SUAS; O CMAS de Camaçari encaminhou
363 manifestação em relação à sanção do PL/SUAS. VI. Publicação DOU: Portaria MDS nº197 de 7 de
364 julho de 2011 – seção II – página 41, que designa Márcia Mansur Saadallah para compor o CNAS,
365 na qualidade de membro suplente da Sociedade Civil, representando o Conselho Federal de
366 Psicologia, em substituição à Conselheira Iolete Pereira da Silva. **VII. Audiências realizadas:**
367 Procedimentos adotados pelo CNAS, em 8 de julho de 2011. Solicitante: José Luiz Spigolon –
368 Assunto: Resolução CNAS nº 02/2010. Participantes: José Luiz Spigolon, Ariane de Almeida
369 Rodrigues (Coordenadora de Normas Substituta) e Dialuana Larissa Loup (Funcionária da
370 Coordenação de Normas). Procedimentos: Esclareceram ao solicitante sobre o Parecer
371 048/001/CONJUR/MDS, que orientou o CNAS sobre as providências a serem adotadas quanto aos
372 processos de registro, após a Lei 12.101/2009. Foi entregue cópia do referido parecer e também
373 cópia da Nota DECOR/CGU/AGU nº 180/2009-JGAS ao interessado. VIII. Site: Foram atualizados
374 os links que fazem menção a Lei 8.742/1993, devidamente consolidada com as alterações ocorridas
375 pela Lei 12.435/2011; Consolidação da Lei nº 8.742/1993, tendo em vista as alterações ocorridas;
376 Disponibilização no site do CNAS das imagens do CNAS e da VIII Conferência Nacional de
377 Assistência Social, em diversos formatos e tamanhos; Pauta da 191ª Reunião Ordinária do CNAS;
378 Formatação e inclusão da Lei 12.435/2011 que alterou a Lei 8.742/1993 e instituiu o SUAS;
379 Disponibilização no site CNAS das imagens do evento que sancionou a Lei 12.435/2011; Notícia
380 Principal – SUAS agora é Lei; Notícia Principal – Sanção do PL/SUAS; Em cumprimento as
381 orientações contidas no relatório do TCU foram inseridas na pasta de capacitação e boas práticas
382 as seguintes matérias: 1) orientações para a implementação da resolução CNAS nº 16 2)
383 orientações gerais do CNAS para a adequação da Lei de Criação dos Conselhos às Normativas
384 Vigentes e ao Exercício do Controle Social no SUAS; Inclusão das apresentações feitas na reunião
385 do CNAS com os conselheiros estaduais de Assistência Social e CAS/DF, no dia 14 de setembro de
386 2010, com o tema “O Conselho Nacional de Assistência Social Gestão 2010/2012: Definindo
387 estratégias para o aprimoramento do controle social no SUAS”; Agenda das Conferências
388 Municipais (Capitais); Orientações para implementação da Resolução nº16/2010; Orientações
389 Gerais do Conselho Nacional de Assistência Social para a adequação da lei de criação dos
390 Conselhos às normativas vigentes e ao exercício do controle social no SUAS; Notícia Principal:
391 Nota do CNAS sobre a divulgação dos pontos para a participação nas reuniões dos GT’s; Agenda
392 das Conferências das Capitais; Resolução CNAS nº 17/2011, que ratifica a equipe de referência
393 definida pela NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de níveis superior para
394 atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do
395 SUAS; Resolução do CNAS nº 18/2011, que regulamenta as competências do CNAS definidas nos
396 incisos III e IV do artigo 18 da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993; e Nota do CNAS e
397 calendários de reuniões GT que discute os incisos III e IV do artigo 2º da LOAS. IX.
398 Aniversariantes de Julho: Anna Claudia Pontes (27). Convidados presente a esta reunião: Valesca
399 Batista, do Conselho Nacional de Saúde; Joaquina de Jesus, do CEAS/GO; Edilar Cruz, do
400 CEAS/RS; Deise Constanza, do CAS/DF; Ana Luiza, da Fundação rede Social de Curitiba; Camila,
401 do Conselho Municipal de Votuporanga; Marlene, do CEFESAS; Maria Dolores, do FENAPAE”. O
402 Presidente em exercício informou a diplomação da Conselheira Márcia no dia seguinte, dando-lhe

403 as boas vindas e solicitando uma salva de palmas. A seguir, indagou se havia alguma observação
404 com respeito aos informes da Presidência e da Secretaria Executiva, sendo que durante sua leitura
405 os Conselheiros haviam feito algumas correções, inclusive a do Conselheiro Pedro Ost sobre a
406 numeração da legislação, da Conselheira Jane sobre sua participação na reunião do CINASE e da
407 Conselheira Eutália sobre a data da Conferência de Rio Branco, alterada para os dias 18 e 19 de
408 julho. Em não havendo mais nenhuma observação o relato foi aprovado pelos Conselheiros. **Item**
409 **Informes do MDS.** Conselheiro José Crus falou sobre a realização do Encontro de Monitoramento
410 do SUAS, já registrado, e que aconteceria de 20 a 22 de julho, com a participação de Conselheiros.
411 Informou a realização, no dia seguinte, de uma reunião conjunta com o Governo Federal e os
412 Governos Estaduais, representantes da área de gestão de trabalho, importante evento considerando o
413 processo de Conferências e tendo como centralidade a discussão dos trabalhadores, destacando que
414 uma das estratégias do MDS era apoiar as equipes estaduais. Indicou a realização das reuniões por
415 região, com 5 encontros regionais, com 2 sobre técnicas de trabalho: 14 e 15 de julho, região sul,
416 Florianópolis; 27 e 28 de julho, região sudeste, Rio de Janeiro; 01 e 02 de agosto, região norte,
417 Manaus; 11 e 12 de agosto, região centro-oeste, e Curitiba; 15 e 16 de agosto, região nordeste,
418 Alagoas. A seguir, falou sobre a importância dessas reuniões, convidando os conselheiros a
419 participarem das mesmas em seus respectivos estados. **Item Informe da CIT.** O Conselheiro
420 Renato Saidel falou sobre a reunião realizada no mesmo dia da sanção da Lei do SUAS , com a
421 presença de todos os integrantes da CIT, com discussões sobre o nº 7 e nº 8 do SUAS, os quais
422 ainda apresentavam pendências a serem tratadas. A Conselheira Célia informou que o Fórum
423 Nacional de Secretários de Assistência Social havia realizado a 2ª reunião anual no último dia 7 de
424 julho. Que na oportunidade foi apresentado o Plano Brasil sem Miséria pela Ministra Tereza
425 Campello, com a presença da Secretária Denise e do SENARC, Sr. Tiago Falcão, que havia
426 apresentado o índice de gestão descentralizada dos estados respeito ao Programa Bolsa Família,
427 reafirmando o compromisso do FONSEAS nessa política pública. O Conselheiro Frederico falou
428 sobre o processo de pactuação por mais um ano e que junto com os demais Conselhos facilitava o
429 processo das Conferências. Com pesar, comunicou o falecimento do Professor Josué Rusalen,
430 sugerindo ao CNAS encaminhar uma nota à família, considerando as atividades desenvolvidas pelo
431 professor na discussão das políticas públicas. Informou que estaria em Pernambuco, junto com a
432 caravana dos sindicatos, percorrendo tanto as regiões de pesca, como sertão, no processo de
433 construção do Fórum dos trabalhadores, comunicando a saída da Secretária e Presidente do
434 Conselho Estadual de Assistência Social do estado, o que repercutia em toda organização. **O**
435 Conselheiro José Crus informou sua ausência na reunião do dia seguinte, registrando sua
436 participação na Conferência de Teresina, com mais de 350 participantes e que havia pautado a
437 discussão que o CNAS havia colocado para os debates das Conferências. O Conselheiro Pedro Ost
438 justificou a ausência da Conselheira Maria Tourinho que se encontrava enferma e, caso, melhorasse
439 participaria no dia seguinte. A Conselheira Marcia agradeceu a acolhida que havia tido, informando
440 a realização da 1ª Reunião dos Trabalhadores do SUAS no dia 6 de abril e que o CFP estava na
441 coordenação do Fórum, cujas reuniões se realizariam nas terças feiras anteriores às Plenárias do
442 CNAS. A Conselheira Eutália informou que a Conselheira Socorro havia participado, na semana
443 passada, de uma reunião no CONAD, onde solicitaram a divulgação no CNAS do material sobre
444 prevenção ao uso indevido de drogas e que assim que chegasse seria distribuído aos Conselheiros.
445 O Conselheiro Sérgio Wanderly informou o encontro do CONGEMAS no dia 28 de junho, com
446 preparação do 14º Encontro Nacional do Colegiado de Gestores, considerando a eleição a se realizar
447 no próximo ano e com a criação da Divisão Eleitoral. Falou que estariam lançando o edital do
448 prêmio Boas Práticas CONGEMAS 2012, indicando, também, o avanço na discussão com o

449 CENTEC sobre a capacitação da escola CONGEMAS. Manifestando preocupação com as agendas,
450 comunicou que a fala oficial do CONGEMAS era a que estava no site, desconsiderando-se qualquer
451 outra publicação que não fosse verbalizada pela própria secretaria, principalmente em relação à
452 parceria com o MDS e com o Governo Federal. A Conselheira Jane confirmou sua presença na
453 reunião do SINASE, na sede do MDS, dia 5 de julho, relatando o trabalho desenvolvido na
454 validação do caderno de orientações às medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação
455 de serviços às comunidades, o qual, assim que estivesse concluído, seria entregue aos Conselheiros.
456 **Item Relato da Comissão Organizadora da Conferência.** O Presidente em exercício passou à
457 leitura da “*Memória da Reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de*
458 *Assistência Social; do 1º anexo que trata do Reagrupamento dos Temas das Oficinas – Pós-reunião*
459 *da Comissão Organizadora; do 2º anexo, Acessibilidade nas Conferências Estaduais e Municipais*
460 *de Assistência Social; e do último anexo entregue aos Conselheiros, a Minuta com o Regulamento*
461 *da VIII Conferência Nacional de Assistência Social”*. Indicou que o primeiro ponto era o balanço
462 crítico a ser apresentado no CNAS e com um encaminhamento de que seria tratado na próxima
463 reunião. Indagou se havia alguma consideração sobre o Item 4, oficinas. A Conselheira Marisa
464 indicou a troca da oficina 24, sendo que na hora do reordenamento, essa oficina não entrava no
465 PROJovem e sim a que foi discutida na Comissão sobre o SUAS e o sistema de garantias de
466 direitos. A Conselheira Célia indicou que havia sido excluído um ponto sobre Conselho de setoriais
467 e de direitos, definição de papéis, com todos os Conselheiros da Comissão chegando ao número de
468 35 e a relatoria ao número de 24, solicitando que retornassem os temas postos. O Presidente em
469 exercício observou que o tema proposto constava em outro ponto, mas podendo ser agregado, ao
470 que o Conselheiro José Crus informou que esse trabalho ainda estava na Comissão Organizadora,
471 não sabendo o porquê de sua vinda para o Pleno. O Presidente indicou que esse processo de
472 construção das oficinas, sugestão das Conselheiras Célia e Marisa, havia sido lapidado na Comissão
473 Organizadora, sendo importante trazer um produto inicial para a Plenária para sua opinião a
474 respeito. O Conselheiro José Crus informou que estava realizando consultas no MDS, com vários
475 assuntos importantes podendo entrar como emenda, não sendo esse o produto final, querendo que as
476 oficinas pudessem contribuir principalmente neste momento do PL/SUAS sancionado. O
477 Conselheiro Renato de Paula, agradecendo aos Conselheiros, comunicou que estava se retirando da
478 reunião. A Conselheira Marisa indicou a questão substituta da oficina 24, referente ao SUAS e
479 garantia de direitos, com a Conselheira Célia retirando sua colocação e manifestando-se
480 contemplada com a fala do Conselheiro José Crus. O Conselheiro Renato Saidel, considerando o
481 número de oficinas e o espaço existente, sugeriu que o Pleno, com concordância da Comissão,
482 dissesse o que era importante para as mesmas,, apresentando-se posteriormente direcionado para
483 essa Plenária. A Conselheira Marisa ponderou que teriam que discutir na comissão essas 24
484 oficinas, aprofundar o tema e levar para a Plenária. Vencido esse item, o Presidente passou para os
485 próximos itens, observando que era um documento totalmente diferente do regimento, servindo para
486 instalar o processo de organização da Conferência. O Presidente propôs a discussão do regimento
487 pelo Pleno, convidando o Sr. Ronaldo, presente nas Conferências, deixando registrada essa
488 observação. A Conselheira Maria Auxiliadora sugeriu que a palavra “barreira” fosse substituída por
489 “limitações”, ao que o Presidente esclareceu que esses termos vinham de instrumentais técnicos. O
490 Conselheiro Clodoaldo sugeriu, no vocacional, colocar esse “audiodescrição” após “braille” e libras.
491 O Presidente considerou o relato aprovado pelo Pleno, com as alterações propostas. Informou que,
492 considerando o tempo disponível, procederiam ao relato do GT que tratava da questão dos incisos c
493 e d do artigo 2º da LOAS pela Conselheira Leila: “*Memória da reunião de trabalho, artigos 3 e 4*
494 *da LOAS. 11 de julho de 2011, das 9h às 18h. Desenvolveu um diálogo sobre as ações de estado e*

495 *promoção e integração ao mercado de trabalho*”. Aparteando, o Conselheiro Wagner esclareceu
496 que o calendário havia sido refeito no dia 19, mas que seria para o dia 12, por não estar na agenda
497 do CNAS, com a concordância da Conselheira Leila, que indicou a aprovação do dia 19 como
498 mais um dia de trabalho para o GT inciso III e IV. Após essas colocações, o Presidente considerou
499 aprovada a Memória da reunião de trabalho, artigos 3 e 4 da LOAS. ENCERRAMENTO. O
500 Presidente considerou encerrada a Reunião Ordinária do dia 13 de julho de 2011. **ABERTURA.**
501 Aos catorze dias do mês de julho de dois mil e onze, o Presidente prosseguiu com a 191ª reunião
502 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, observando que como ainda não havia
503 quorum, poderiam proceder ao Relato da ASCOM, para repassar noções de mídia training para uso
504 durante as Conferências, com concordância dos Conselheiros presentes. A Sra. Anelise informou
505 trabalhar na ASCOM, juntamente com o Sr. Flávio e, a pedido do Presidente, a respeito de
506 entrevistas que os Conselheiros tivessem que dar na mídia. A seguir, passou a falar sobre o modo de
507 proceder frente às câmeras, roupas, linguagem adequada, esclarecendo que rádio e TV tinham
508 peculiaridades que precisavam conhecer e que o jornal era mais fácil, passando a discorrer sobre a
509 maneira de proceder em rádio. Prosseguindo, o Sr. Flávio falou sobre a maneira como o
510 entrevistado gostaria de se ver na entrevista, sugerindo que conversasse antes com o repórter, e
511 esclarecesse os procedimentos a serem utilizados. Indicou os tipos de entrevistas existentes e os
512 cuidados necessários para se apresentar. Que o mais importante era como passar a informação,
513 substituindo os termos técnicos por outros mais acessíveis ao público e com coerência e clareza ao
514 falar. O Presidente complementou essa informação, falando sobre aquelas questões que os
515 repórteres traziam para o seu público, tendo que tomar cuidado com as respostas. O Sr. Flávio falou
516 sobre os números cobrados pelo repórter, com o entrevistado não devendo se constranger em
517 informar seu desconhecimento, e cuja informação seria repassada posteriormente. Ponderou que a
518 preocupação dos Conselheiros deveria ser mostrar o trabalho do CNAS, informar à população o que
519 era o SUAS e seu funcionamento, visto o desconhecimento sobre o mesmo. A Sra. Anelise
520 observou que se o nome do entrevistado fosse citado errado pelo repórter, não haver problema em
521 ser corrigido, assim como perguntas equivocadas, com o Sr. Flávio complementando essa
522 informação. O Conselheiro Wagner falou sobre as entrevistas que havia dado e agradeceu o apoio
523 da Sra. Aline, parabenizando pela apresentação realizada nesse momento, assim como o
524 Conselheiro Sérgio Wanderly que complementou, destacando a necessidade de usar frases curtas e
525 que trouxessem o que realmente se queria informar. O Presidente agradeceu a participação da
526 ASCOM, com o Sr. Flávio informando que estavam fazendo na ASCOM um trabalho de
527 mobilização nas Conferências das capitais, para tentar marcar entrevistas para que os Conselheiros
528 transmitissem seu trabalho em cada região. A seguir, o Presidente solicitou à Secretária-Executiva a
529 conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheira Eutália Barbosa
530 Rodrigues; Conselheiro José Geraldo França Diniz; Conselheira Fátima Rampim; Conselheira Célia
531 Mota de Carvalho; Conselheira Brenda Ferreira da Silva; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva;
532 Conselheiro Pedro OST; Conselheiro Antônio Celso Pasquini; Conselheiro Clodoaldo de Lima
533 Leite; Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari;
534 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria; Conselheira Maria da Conceição Pires dos
535 Santos. Conselheiros Suplentes: Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheiro Wagner
536 Carneiro de Santana; Conselheiro Renato Saidel Coelho; Conselheira Leila Pizzato; Conselheira
537 Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheira Jane Pereira
538 Clemente; Conselheira Ana Carolina Pinheiro Carrenho e Conselheira Márcia Mansur. O
539 Conselheiro Pasquini falou sobre a data 14 de julho e o que representava, sendo dia de São Camilo
540 de Lélis, discorrendo sobre a missão dos padres camilianos e o atendimento que prestavam na área

541 da Saúde, Educação e Assistência Social em todo o país. Distribuiu a história e a cruz de São
542 Camilo, solicitando que usassem durante as entrevistas. O Presidente passou ao **Item Informes dos**
543 **Conselheiros que participaram das Conferências**. O Conselheiro Wagner Santana informou sua
544 o número de participantes e a discussão sobre a falta de concursos públicos e as precárias condições
545 de trabalho, principalmente nos CRAS e CREAS. Falou sobre as dificuldades que os trabalhos de
546 obras para a copa do Mundo estavam trazendo à cidade, com a desapropriação de famílias em
547 situação de vulnerabilidade, bem como a questão das horas de trabalho do assistente social. O
548 conselheiro Wagner falou como a Conferência havia se desenrolado, mas que também precisaria do
549 apoio do Conselho Estadual com mais afinco para orientar o CMAS de Cuiabá. O Conselheiro
550 Renato Saidel informou ter participado na conferência em Tocantins, com a maioria dos
551 participantes sendo da Sociedade Civil. Destacou a proposta de piso salarial dos profissionais para
552 R\$ 3.200,00, além das demais questões levantadas de estrutura física, capacitação e aumento do
553 número de equipamentos. Destacou a proposta de implantação do centro de convivência do idoso na
554 região sul do município, melhoria dos programas sociais de crianças e adolescentes., a efetivação
555 das ações levantadas nas Conferências de Assistência Social e uma rigorosa fiscalização dos
556 recursos destinados à Assistência. Falou sobre outros projetos implementados, destacando a
557 preocupante proposta de limite de tempo das famílias em programas de transferência de renda.
558 Relatou o interesse dos participantes em discutir os temas elencados, o que demonstrava o crescente
559 interesse pela Assistência Social na cidade. O Conselheiro Renato Saidel informou que o relato
560 encaminhado pela Secretaria-Executiva seria preenchido e devolvido à mesma. Informando a
561 Inversão de Pauta, o Presidente passou ao **Relato da Comissão de Financiamento**, considerando o
562 quorum existente, pelo Conselheiro José Geraldo: “*Memória de reunião do dia 17/05/2011.*
563 *Conselheiros presentes: Carlos Eduardo Ferrari; Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria;*
564 *Pedro Ost; Sérgio Wanderly Silva; Brenda Ferreira Silva; Maria da Conceição Pires dos Santos;*
565 *Jane Pereira Clemente; Eutália Barbosa Rodrigues. Ausências Justificadas: José Geraldo França*
566 *Diniz; Milena Leal Pacheco. Convidados: Dulcelena Alves Vaz Martins- Fundo Nacional de*
567 *Assistência Social- FNAS/SNAS; Laurimara BA. Campos- Fundo Nacional de Assistência Social*
568 *FNAS/SNAS; Ouvintes Márcia Mansur Saadallah - Conselho Federal de Psicologia -CFP; Ângela*
569 *C. dos Santos — Ministério da Saúde — MS; Tatiane Bevilacqua — Conselho Municipal de*
570 *Assistência Social de Florianópolis/SC. Apoio: Maria das Mercês Avelino de Carvalho; Jamile*
571 *Calado; Mirelle Dantas; Suzany Gonçalves. 1) Parâmetros da proposta orçamentária 2012*
572 *(Resolução CNAS n°78/06; Resolução CNAS n° 59/09). A Coordenadora Geral de Execução*
573 *Orçamentária e Financeira da Diretoria Executiva do FNAS, Dulcelena Alves Vaz Martins e a*
574 *servidora Laurimar Campos apresentaram alguns Parâmetros da proposta orçamentária 2012,*
575 *conforme determina a Resolução CNAS n° 78/06, onde foram destacados os seguintes aspectos:*
576 *Foi ressaltado que este ano é marcado pela elaboração do Plano Plurianual — PPA, o que poderá*
577 *trazer algumas mudanças em matéria orçamentária, sendo que o FNAS apresenta os dados*
578 *principais dos parâmetros da proposta orçamentária para 2012, que independe de futuras*
579 *alterações. Quando da elaboração da proposta orçamentária são verificados dois aspectos: o*
580 *qualitativo que diz respeito ao direcionamento do PPA, metas e prioridades da Lei de Diretrizes*
581 *Orçamentárias e o quantitativo que define os limites para alocação de recursos. Este limite é*
582 *distribuído pela Secretaria de Orçamento Federal e é estabelecido com base na proposta do ano*
583 *anterior. As despesas obrigatórias independem da disponibilidade de recursos e são executadas no*
584 *decorrer do exercício. As despesas discricionárias do orçamento da assistência social, a partir da*
585 *LDO 2011, passaram a ser “ressalvadas em lei”, isto é, estão ressalvadas de limitação de*
586 *empenho. O limite das despesas discricionárias dependerá do limite de recurso disponível, do teto*

587 que a SOF irá disponibilizar e do que for negociado entre as Secretarias do Ministério. O
588 orçamento da Assistência Social para 2012 será construído com base no PLOA 2011, se não
589 houver alteração quanto ao limite, conforme tabela abaixo: - Eu não vou fazer a leitura destes
590 números. Se alguém tiver alguma dúvida, não é? O orçamento para 2012 será estruturado em três
591 colunas: a) “Manutenção” — corresponde ao PLOA 2011; b) “Extramanutenção” - valor
592 adicional a “manutenção” necessário para cumprir compromissos sem aumento de meta ou
593 reajuste do benefício/serviço; c) “Expansão” - valor adicional a “manutenção” necessário para
594 aumento de meta ou reajuste de benefício/serviço. No mês de junho, quando da apresentação da
595 proposta orçamentária, o FNAS apresentará os valores para “Manutenção”, “Extramanutenção”
596 e “Expansão”. Eu faço aqui um parênteses, que nós, na reunião do dia 12, já alteramos esta
597 apresentação, porque entendemos que ela fica muito confusa! Aí é apresentado em seguida o
598 cronograma para elaboração do PLOA 2012, que culmina com o dia 31 de agosto que é a data
599 limite constitucional. **Encaminhamento:** - A Comissão de Financiamento referenda os parâmetros
600 orçamentários para 2012 apresentados pelo Fundo Nacional de Assistência Social, ressaltando a
601 premissa de que é necessário, para a execução, no exercício de 2012, dos serviços, programas,
602 projetos e benefícios operados em 2011, além da manutenção dos recursos do PLOA 2011, a
603 ampliação de recursos para as despesas “extrabase” (manutenção da rede instalada em 2011) e
604 para a expansão; Solicitar ao FNAS apresentar ao CNAS sobre as modificações/adequações
605 decorrentes da nova metodologia do PPA 2012-2015, referentes à proposta orçamentária. 2)
606 Discussão sobre o déficit orçamentário nas ações do Fundo e o seu real impacto nos programas e
607 ações do FNAS. Em resposta ao memorando nº11/201 1/CF/SE/CNAS, a Secretária Nacional de
608 Assistência Social, por intermédio do Memo./GAB/SNAS/MDS nº 1019, datado de 06 de maio de
609 2011 apontou os seguintes aspectos quanto ao déficit orçamentário: A redução da dotação
610 orçamentária do exercício de 2011 promovida pelo Decreto de 1º de março, foi de R\$ 151.323.139
611 para os programas do FNAS e 10.473.999 para os da Administração da Direta, na qual se
612 encontra a Ação 8249 (Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social). Tais cortes
613 representam ao Fundo e a Direta, percentuais de redução de 0,567% e 9,468%, respectivamente,
614 em relação aos seus montantes originalmente aprovados na LOA 2011. A SNAS solicitou junto a
615 Secretaria de Orçamento Federal — SOF/MP, em abril, o pedido de créditos adicionais, registrado
616 no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento — SIOP, conforme abaixo: a) Pedido nº11439
617 — Projeto de Lei no valor de R\$ 319.815.042,00 b) Pedido nº11.427- Projeto de Lei no valor de R\$
618 30.891.709,00. - Quanto à Ação 8249, o corte representou uma perda de aproximadamente 10%
619 (R\$ 368.419,00) da dotação inicialmente aprovada pelo Congresso Nacional. A recomposição de
620 tal valor está atualmente sendo negociada entre a Secretaria Executiva/MDS e a SOF/MP, contudo
621 ainda não existe uma previsão exata de quando poderá ser efetivada. **Encaminhamentos:** A
622 Comissão de Financiamento apóia as medidas adotadas pela SNAS e aguarda a concretização das
623 mesmas; Solicitar a SNAS que seja apresentado um plano de providências, tratando de prazos para
624 recomposição das perdas orçamentárias e apresentação de previsão do real impacto financeiro nos
625 programas serviços e projetos. 3) Encaminhamentos da reunião conjunta com a Comissão de
626 Conselhos: Foi apresentada pelo FNAS, a Nota Explicativa (anexa) a ser utilizada pelos Fundos
627 Municipais de Assistência Social, quando da apreciação do Relatório de Execução Orçamentária e
628 Financeira dos Municípios. Este item, na realidade, será relatado em agosto em função de que
629 ficou faltando algumas informações. 4) Relatório de execução da Ação 8249- Funcionamento dos
630 Conselhos de Assistência Social. A Secretária Executiva do CNAS, Maria das Mercês Avelino de
631 Carvalho apresentou o relatório de execução da Ação 8249, conforme planilha em anexo. A
632 proposta orçamentária para o exercício de 2011 aprovada pelo CNAS foi da ordem de R\$1

633 1.485.233,00 (Onze milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e três reais), a
634 LOA aprovada consta recursos de R\$3.684. 196,00 (Três milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil,
635 cento e noventa e seis reais). Com o corte orçamentário de 10%, por força do Decreto de 1 de
636 março, a dotação atual passou a ser de R\$ 3.315.777,00 (três milhões, trezentos e quinze mil,
637 setecentos e setenta e sete reais), deste total, o valor empenhado é de R\$ 944.498,00 (novecentos e
638 quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e oito reais) e o pago, R\$ 672.707,00 (seiscentos e
639 setenta e dois mil, setecentos e sete reais). Vale destacar: O Plano Interno (P1) - Encontro
640 Nacional dos Trabalhadores do SUAS, teve execução de 97,53%, visto que o empenho foi de R\$
641 170.000,00, e o TR finalizado ficou em R\$165.802,00, com relação exclusivamente a
642 operacionalização do encontro, excetuando-se passagens e diárias; e Os recursos referentes aos
643 PI's - Apoio a Espaços Democráticos de Participação, Impressão e Encadernação de Material
644 Instrucional, Manutenção e Fortalecimento dos Conselhos Municipais, Estaduais e do DF foram
645 remanejados para o P1 - Conferências e Encontros de Assistência Social, que tem como objetivo
646 custear a operacionalização da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, totalizando
647 R\$1.204.581,00 (um milhão, duzentos e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais); No P1
648 Manutenção e Fortalecimento dos Conselhos Municipais, Estaduais e do DF constam recursos na
649 ordem de R\$ 337.500,00 (trezentos e trinta e sete mil e quinhentos reais) para investimento, que
650 também serão repassados para a Conferência Nacional, após autorização para conversão em
651 custeio, pelo Congresso Nacional em setembro; Estão sendo executados recursos para Diárias e
652 Deslocamentos; Passagens; Serviço de Libras e Taquigrafia, além do P1 - Conferências e
653 Encontros de Assistência Social; Os limites impostos pelo Decreto presidencial reduziram em 50%
654 a dotação financeira para o pagamento de Passagens e Diárias e Deslocamentos. A SNAS
655 informou que solicitou a SE/MDS aumentar o limite do semestre ou outra opção seria o
656 cancelamento de parte do recurso do INSS empenhado para o BPC. A Secretária-Executiva do
657 CNAS também informou sobre o à nova metodologia do Plano Plurianual — PPA com relação à
658 ação 8249 — Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, que passa a ser um Objetivo
659 (Objetivo 0005 — Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando o
660 aperfeiçoamento do SUAS) do Programa Temático N006 — Fortalecimento do SUAS. As metas
661 devem contemplar o Plano Decenal, as deliberações da VII Conferência Nacional, a Resolução
662 CNAS n° 237/2006 e as questões apontadas no Censo SUAS. **Encaminhamento:** Aprovar a
663 execução orçamentária até o mês de maio da Ação 8249 — Funcionamento dos Conselhos de
664 Assistência Social. 5) Pauta do mês de junho: Discussão sobre a Proposta orçamentária para 2012
665 (Resolução CNAS n°78/06; Resolução CNAS n° 59/09) e PPA 2012-2015; Apresentação da SOF
666 sobre o Programa de Educação Fiscal. Pautar na presidência ampliada a inclusão do tema
667 “Debate sobre a Reforma Tributária” na próxima reunião ordinária com os convidados já
668 definidos na reunião de fevereiro (DIEESE e IPEA), aguardar a indicação do convidado pela Cons.
669 Maria Aparecida e o senhor Cláudio Puty. Sérgio Wanderly. Coordenador Adjunto da Comissão de
670 Financiamento”. A seguir, procedeu à leitura do relatório de julho: “Reunião da Comissão de
671 Financiamento da Assistência Social. LOCAL: Sala 108 do CNAS. DATA: 12/07/2011.
672 Conselheiros Presentes: Carlos Eduardo Ferrari; José Geraldo França Diniz; Maria Aparecida do
673 Amaral Godoi de Faria; Pedro Ost; Sérgio Wanderly Silva; Maria da Conceição Pires dos Santos;
674 Jane Pereira Clemente; Eutália Barbosa Rodrigues. Ausências justificadas: Brenda Ferreira Silva;
675 Márcia Mansur Saadallah; Nelma Azeredo. Convidados: Valéria Maria de Massarani Gonelli -
676 Secretária Nacional de Assistência Social Adjunta - SNAS/GAB/MDS; Antônio Henriques - Diretor
677 do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS/SNAS; Dulcelena Alves Vaz Martins - Fundo
678 Nacional de Assistência Social - FNAS/SNAS; Laurimara Almeida - FNAS/SNAS; Cláudia

679 *Francisca de Amorim - Departamento de Benefícios Assistenciais - DBA/SNAS; Marcelo*
680 *Vasconcelos de A. Lima - DBAISNAS; Wallace Dias Freitas – DBA/SNAS; Adailton Amaral*
681 *Barbosa Leite- Gabinete SNAS; Gabriela Oliveira de Almeida - Departamento de Proteção Social*
682 *Básica - DPSB/SNAS; Lídia Cristina S. Barbosa - DPSB/SNAS; Patrícia Félix de Lima -*
683 *Departamento de Proteção Social Especial - DPSE/SNAS; Apoio: Maria das Mercês de Avelino*
684 *Carvalho; Jamile Calado; Mirelie Dantas. Suzany Gonçalves. 1 - Análise do Relatório da*
685 *Execução Orçamentária e Financeira do FNAS -1º semestre de 2011. A Coordenadora Geral de*
686 *Execução Orçamentária e Financeira da Diretoria Executiva do FNAS, Dulcelena Alves Vaz*
687 *Martins e a técnica Laurimar Batista apresentaram o Relatório de Execução Orçamentária e*
688 *Financeira do FNAS, apurado pelo regime de caixa, de janeiro a junho de 2011, conforme quadros*
689 *abaixo. Também não vou ler todos estes números, os conselheiros o façam e caso tenham alguma*
690 *dúvida falem! As duas ações do Benefício de Prestação Continuada - BPC, tanto da pessoa idosa*
691 *quanto da pessoa com deficiência, tiveram seu orçamento 100% (cem por cento) descentralizado*
692 *para o Instituto Nacional de Seguridade Social — INSS, responsável pela operacionalização desses*
693 *recursos: 50% (cinquenta por cento) foram repassados logo do recebimento do orçamento e os*
694 *outros 50% (cinquenta por cento) no início do mês de junho. Quanto ao Financeiro, no dia 16 de*
695 *cada mês, o INSS encaminha previsão para que o FNAS faça a programação financeira para a*
696 *SPO e esta encaminha para o tesouro. Dentro desta previsão já foram executados 51% (cinquenta*
697 *e um por cento). Os repasses dos recursos financeiros da RMV - Renda Vitalícia para Pessoa Idosa*
698 *e a RMV - Renda Vitalícia para a Pessoa Com Deficiência são realizados pelo FNAS ao INSS.*
699 *Nesse primeiro semestre o orçamento já foi executado em 100% (cem por cento) e o financeiro, em*
700 *53% (cinquenta e três por cento). A execução orçamentária e financeira das Ações de*
701 *Cumprimento de Sentenças Judiciais corresponde a descentralização do crédito orçamentário e*
702 *repasso de recursos financeiros feitos automaticamente pela Secretaria de Orçamento Federal ao*
703 *Tribunal Regional Federal. 1.2 Quanto aos Serviços, Programas e Projetos. O quadro a seguir*
704 *demonstra detalhadamente, por ação, o orçamento aprovado e a execução orçamentária e*
705 *financeira correspondente às parcelas de janeiro a junho, e ainda, o reconhecimento de dívida, no*
706 *montante de R\$ 100.996.569,00 referente à competência novembro e dezembro de 2010. Do total*
707 *do orçamento aprovado foi empenhado o valor de R\$ 887.627.832,00 (oitocentos e oitenta e sete*
708 *milhões, seiscentos e vinte e sete mil e oitocentos e trinta e dois reais) que representa um*
709 *percentual de 66% em despesas com os serviços, programas e projetos, sendo R\$ 864.703.536,00,*
710 *(oitocentos e sessenta e quatro milhões, setecentos e três mil e quinhentos e trinta e seis reais)*
711 *relativos aos Serviços Socioassistenciais, e R\$ 22.924.296,00 (vinte e dois milhões, novecentos e*
712 *vinte e quatro mil e duzentos e noventa e seis reais) aos outros programas. A execução financeira*
713 *do FNAS foi de R\$ 722.209.122,00 (setecentos e vinte e dois milhões, duzentos e nove mil e*
714 *oitocentos e quarenta e oito reais) concernente aos Serviços Socioassistenciais, e R\$ 22.924.296*
715 *(vinte e dois milhões, novecentos e vinte quatro mil e duzentos e noventa e seis reais) aos outros*
716 *programas, totalizando R\$ 745.133.418 (setecentos e quarenta e cinco milhões, cento e trinta e três*
717 *mil e quatrocentos e dezoito reais). Ressalta-se que o orçamento apresentado neste relatório é o*
718 *mesmo que foi aprovado pela Lei Orçamentária Anual — LOA, não possui nenhum crédito. Duas*
719 *ações devem ser destacadas: a 8524 - Serviço de Proteção Social ao Adolescente em Cumprimento*
720 *a Medidas Socioeducativas, com um percentual de execução orçamentária empenhado e liquidado*
721 *de 92% (noventa e dois por cento) e deste valor, 78% (setenta e oito por cento) foi pago, e a Ação*
722 *2A65 - Serviço de Proteção Social Especial, com a execução orçamentária de 99% (noventa e nove*
723 *por cento) e 89% (oitenta e nove por cento) da execução financeira. Esta diferença nas duas ações,*
724 *entre o valor empenhado e o valor pago, dá-se ao fato de que os empenhos que foram liquidados no*

725 *mês de julho não entraram neste cálculo. Quanto a essas duas ações, é importante ressaltar que o*
726 *FNAS já solicitou crédito, por intermédio de projeto de lei, que está em tramitação na câmara. O*
727 *FNAS é o responsável pela execução orçamentária e financeira dos recursos da Ação 8446 -*
728 *Serviços de Apoio à Gestão Descentralizada ao Programa Bolsa Família-IGD. O orçamento é*
729 *descentralizado pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania-SENARC em favor do FNAS. Dos*
730 *recursos descentralizados pela referida Secretaria, no valor de R. 80.735.690,00 (oitenta milhões,*
731 *setecentos e trinta e cinco mil e seiscentos e noventa reais), foram executados R\$ 57.887.127,00*
732 *(cinquenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e sete mil e cento e vinte sete reais), o que*
733 *corresponde a um índice de execução de 72% (setenta e dois por cento). Encaminhamento:*
734 *Aprovar o Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do FNAS, 1º semestre de 2011,*
735 *anexo I. 2 - Apresentação da Proposta Orçamentária para 2012 (A Proposta Orçamentária deverá*
736 *ser apreciada e aprovada até o dia 31/07 - Resolução CNAS nº 59/2009). A Secretária Nacional de*
737 *Assistência Social, adjunta, Valéria Gonelli em parceria com os representantes do Departamento*
738 *de Benefícios Assistenciais, do Departamento de Proteção Social Básica, do Departamento de*
739 *Proteção Social Especial e da Secretária Executiva do CNAS apresentaram a proposta*
740 *orçamentária para 2012 da Secretaria Nacional de Assistência Social. Foi apresentado*
741 *comparativo de estrutura orçamentária entre o que existe atualmente, com base no Plano*
742 *Plurianual 2008-2011 (programas e ações) e o que a SNAS propõe para 2012, de acordo com o*
743 *PPA 2012-2015 (programa temático e objetivo). Cada departamento explicou a metodologia*
744 *adotada para a elaboração de suas propostas, com vistas a garantir a rede instalada, a execução*
745 *do Plano Brasil sem Miséria, no que tange à política nacional de assistência social, e a propor*
746 *expansões ao Sistema Único de Assistência Social, resultando no quadro resumo (Anexo II).*
747 *Encaminhamentos: A SNAS elaborará um quadro resumo da proposta orçamentária 2012 para*
748 *apresentação na Plenária, com os seguintes dados. Aqui eu faço uma ressalva só para explicar esta*
749 *condicionante aqui, este encaminhamento. É porque na realidade eles foram extremamente*
750 *transparentes em tudo que ocorreu em relação à PPA, e dividiram muito a proposta, colocaram um*
751 *início inicial, a proporção, a manutenção, e então estava muito complicado de entendimento, e aí a*
752 *gente da comissão houve por bem solicitar que eles apresentassem um quadro resumo em início*
753 *inicial e expansão, dividindo esta expansão entre Plano Brasil sem Miséria e a programação*
754 *normal do Ministério. - Aprovar a Proposta Orçamentária da SNAS para 2012, após a*
755 *apresentação por aquela Secretaria do quadro resumo proposto pela Comissão (Anexo III). – este*
756 *quadro consta aqui. Convidar a SNAS para, no mês de agosto, apresentar o comparativo entre o*
757 *antigo e o novo PPA. É porque a gente acha que talvez os conselheiros tenham dificuldade de*
758 *entender. Vai estar anexo aí ao Plano Plurianual. Mas, como são operações, fusão de ação,*
759 *aglutinação e exclusão de ação, de repente os Conselheiros não consigam entender com muita*
760 *clareza, e a gente acha por bem que a FNAS venha fazer uma explanação sobre este tema. Solicitar*
761 *a SNAS que encaminhe à Comissão, comparativo entre a proposta orçamentária aprovada pelo*
762 *CNAS para 2012 e o PLOA encaminhado ao Congresso Nacional. Aqui eu também faço um*
763 *parêntese para observar que este ano de 2011, nós tivemos uma dificuldade muito grande porque a*
764 *gente estava entendendo que o que foi aprovado aqui foi encaminhado no projeto de lei*
765 *orçamentária para 2011, e não era verdadeiro, ou seja, aprovamos uma proposta ao CNAS, mas o*
766 *que foi encaminhado ao Congresso foi em valor inferior ao que foi aprovado aqui. Então, daí que*
767 *estamos solicitando para justificar esta solicitação, é isto, é para que a gente tenha um quadro*
768 *comparativo onde fique demonstrada a proposta aprovada por este Conselho, e a verdadeira*
769 *proposta encaminhada ao Congresso Nacional. Também solicitamos um comparativo entre o*
770 *antigo e o novo PPA, um comparativo entre a proposta aumentada pelo CNAS. Aqui está repetitivo.*

771 3— *Pauta de agosto: Comparativo entre o antigo e o novo PPA; Comparativo entre a proposta*
772 *orçamentária aprovada pelo CNAS para 2012 e o PLOA; Encaminhado ao Congresso Nacional;*
773 *Procedimentos sobre o pagamento do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal*
774 *Vitalícia; Relatório de execução da Ação 8249*”. O Conselheiro José Geraldo procedeu à leitura do
775 anexo I. “*Minuta de Resolução de 14 de julho de 2011. A plenária do CNAS, em reunião ordinária*
776 *realizada nos dias 12, 13 e 14 de julho de 2011, no uso da competência que lhe conferem os incisos*
777 *8 e 14 do art. 18 da Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993, LOAS, resolve: Art. 1º - Aprovar o*
778 *Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social*
779 *(FNAS), 1º semestre de 2011, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de*
780 *Assistência Social (DEFNAS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério*
781 *do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), planilha anexa. Art. 2º - Esta Resolução*
782 *entra em vigor na data de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari. Presidente do CNAS.*”.
783 Informou ter outra minuta de Resolução, que aprovava a proposta orçamentária. Anexo III, “*Minuta*
784 *de Resolução de 14 de julho de 2011. A Plenária do CNAS, em reunião ordinária, realizada nos*
785 *dias 12, 13 e 14 de julho de 2011, no uso da competência que lhe confere os incisos 8 e 14 do art.*
786 *18 da lei 8742 de 7 de dezembro de 1993, LOAS, resolve: Considerando o disposto na Resolução*
787 *CNAS nº 59, de 17 de junho de 2009; Considerando a Proposta Orçamentária da Assistência*
788 *Social, exercício de 2012, apresentada pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do*
789 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Considerando o Plano Brasil*
790 *sem Miséria. Resolve: Art. 1º. Aprovar a Proposta Orçamentária da Assistência Social, exercício*
791 *de 2012, anexa, no valor total de R\$ 32.054.790.672,00 (trinta e dois bilhões, cinqüenta e quatro*
792 *milhões, setecentos e noventa mil e seiscentos e setenta e dois reais), contemplando o Fundo*
793 *Nacional de Assistência Social e a Administração Direta sob gestão da Secretaria Nacional de*
794 *Assistência Social. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação*”. O
795 Conselheiro Pasquini indagou se trabalhariam a memória de maio, com o Presidente esclarecendo
796 que isso seria feito para organizar as falas, indicando que aprovariam a memória como um todo, a
797 ser não ser que tivessem questões muito pontuais. O Conselheiro Pasquini, com relação a maio,
798 questionando a apresentação após o período e não se sentindo à vontade para aprovar a do 1º
799 semestre, e nem a proposta orçamentária, mas elogiando o profissionalismo e a segurança que o
800 Conselheiro José Geraldo transmitia. Que lhe chamava a atenção o prazo até 31 de julho para
801 apresentar, não tendo outra reunião para essa discussão, observando que esse mesmo fato havia se
802 repetido na reunião de julho do ano passado, sendo que em 2004 e 2005 tiveram que realizar uma
803 reunião extraordinária para aprovar o orçamento, porque não tinham conhecimento do que estava
804 colocado. Ponderou que ainda não tinham a resposta, do TCU, no qual os colocava como agentes
805 públicos a pessoa física, respondendo a ações populares por ter aprovado com a palavra do relator,
806 sem ter tido acesso às contas. Observou que deveriam trabalhar de outra forma, respondendo
807 atualmente ação popular por ter votado nesse Conselho de acordo com o voto do relator, o que
808 estava se repetindo. Solicitou que o assunto fosse antecipado nos próximos meses, pelo menos em
809 maio e ter colocado na pauta de junho. Considerava a votação prejudicada, por não ter condições de
810 votar sem ver os números, acreditando na palavra da Comissão. O Conselheiro José Geraldo
811 observou que deveriam discutir e fazer algumas alterações em função do projeto de planejamento e
812 orçamento do Governo Federal, por não coincidir com as datas estabelecidas pelo Conselho.
813 Indicou que os relatos de maio, junho e julho, da Comissão de Financiamento, não poderiam ser
814 postergados, sob pena de causar prejuízos aos demais Conselheiros, concordando com o
815 Conselheiro Pasquini. A Conselheira Leila indagou se o item dois, da memória de maio, quando
816 falava sobre o déficit orçamentário nas ações do Fundo e seu real impacto nos seus programas e

817 ações, havia considerado aquilo que havia sido aprovado em um primeiro momento pelo CMAS,
818 CNAS e depois pelo Senado, para poder chegar a esses números, falando sobre os números
819 apresentados. Em relação ao plano, à apresentação da proposta orçamentária para 2012, tinha uma
820 série de encaminhamentos, não entendendo como se aprovaria a proposta orçamentária de 2012 sem
821 ter esses encaminhamentos resolvidos, além de se preocupar com as colocações do Conselheiro
822 Pasquini, tendo que ter muito cuidado quando aprovavam o orçamento. O Conselheiro Renato
823 Saidel, referindo-se ao corte orçamentário, solicitou que fosse realizado um plano de providências
824 tratando de prazo para recomposição das perdas orçamentárias caso não houvesse a recomposição.
825 Concordou com as palavras do Conselheiro Pasquini sobre a aprovação das contas de junho,
826 discorrendo como o Conselho cumpriria suas ações até o final do ano, considerando os cortes feitos.
827 O Conselheiro José Geraldo, dirigindo-se à Conselheira Leila, esclareceu o trabalho apresentado,
828 cujos valores apresentados não contemplavam o déficit ocorrido ao longo do encaminhamento da
829 proposta orçamentária ao Congresso Nacional. Esclareceu que o déficit indicando se devia ao
830 cancelamento do percentual de 10% permitido por lei em todas as ações do MDS, para atender ao
831 crédito de reajuste do programa Bolsa Família, existindo o compromisso entre Ministros de Estado
832 e Casa Civil, que esses valores seriam recompostos. A Conselheira Leila falou que não estava
833 satisfeita, observando que o orçamento havia sido aprovado com todos os programas contemplados
834 para fortalecimento e consolidação da Assistência Social, não entendendo a redução realizada. O
835 que o Conselheiro José Geraldo esclareceu esse procedimento, sugerindo a votação da proposta
836 orçamentária, concedendo um período no horário de almoço para que os Conselheiros analisassem
837 material encaminhado pela SNAS, o que foi consensuado. O Conselheiro José Araujo solicitou
838 esclarecimentos no item 4 do relatório de maio, onde dizia que a 8ª Conferência tinha um
839 orçamento de R\$ 1.204.581 milhões, que considerava insuficiente para esse evento. A Secretária-
840 Executiva esclareceu as ações tomadas por orientação da Subsecretaria de Orçamento e Finanças do
841 MDS de remanejar os PIs previstos para outras ações para o PI Evento VIII Conferência Nacional.
842 Concordou que o recurso era insuficiente, resultando em um déficit que havia sido relatado à SNAS
843 e ao MDS, em reunião com o Secretário-Executivo Adjunto, com o Ministério viabilizando esses
844 recursos de outra fonte. O Conselheiro José Geraldo complementou ter feito uma suplementação
845 para essa ação, no valor que a lei permite, de 10%. O Conselheiro José Araujo observou ser
846 importante que o Pleno tomasse conhecimento dessas situações, visto que a Conferência era muito
847 importante para ficar dependente de orçamento. Ponderou que essa situação havia sido colocada
848 pela Comissão de Conferências, mas sentindo-se na obrigação de levantar esse assunto. A
849 Conselheira Eutália discorreu sobre a situação, tendo sido debatido com a Secretaria-Executiva, e
850 com a participação de representantes de outros organismos e que vivenciavam esse mesmo
851 problema. Observou que tinha absoluta certeza da recomposição desses valores para realização da
852 Conferência Nacional de Assistência, concordando que no horário do almoço analisassem o
853 orçamento. Falou sobre o importante momento da Assistência Social, com o trabalho da SNAS
854 tendo que ser considerado, com a Comissão entendendo que a forma como a Secretaria havia
855 trabalhado esses números, independente de quota, de limite orçamentário dado pelo Ministério do
856 Planejamento. A Conselheira Eutália concordou com as colocações da Comissão de Financiamento,
857 tendo que se olhar para frente, fazendo um comparativo com o que haviam aprovado e concordando
858 com a forma como a SNAS havia trabalhado esses números para atender às suas diversas ações e
859 com a responsabilidade legal do Conselho de apreciar e aprovar essa proposta, o que ainda não
860 havia sido feito. O Conselheiro Pedro Ost indicou o aumento das despesas discricionárias e
861 obrigatórias em relação ao ano passado e o aumento que teria se não fossem os gastos com o
862 Programa Brasil sem Miséria, o que deveria ser considerado. O Conselheiro Sérgio Wanderly

863 discorreu sobre as ações onde o recurso era alocado, atendendo as especificidades de cada região,
864 informando que o CONGEMAS se reuniria com a Ministra Teresa Campello para discutir o Plano
865 Brasil sem Miséria, discorrendo como esse programa influenciava no orçamento proposto, com o
866 Conselheiro José Geraldo complementando essa situação. O Conselheiro Pedro Ost falando sobre o
867 orçamento anterior e o atual, destacou que passava de R\$ 1,335 bilhão para R\$ 1,9 bilhão, sendo
868 essa a diferença a ser considerada. A Conselheira Ana Carolina, indicando a situação dos
869 Conselheiros como agentes públicos, os quais teriam que ter cautela, ressaltando suas
870 responsabilidades e parabenizando pela manifestação das dúvidas existentes. Após mais algumas
871 colocações pelos Conselheiros, o Presidente considerou aprovada a Memória do mês de maio,
872 discutindo-se a de julho no período da tarde, com o Conselheiro José Geraldo informando que
873 repassaria todo o material ao Pleno. s Conselheiros. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a
874 reunião para o almoço, convidado a todos a retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a
875 reunião, o Presidente solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros
876 Titulares e na titularidade: Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, Conselheiro José Geraldo
877 França Diniz; Conselheira Fátima Rampin, Conselheira Célia Mota de Carvalho; Conselheiro
878 Sérgio Wanderly Silva; Conselheiro Pedro Ost; Conselheiro Antônio Celso Pasquini; Conselheiro
879 Clodoaldo de Lima Leite, Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; Conselheiro Carlos
880 Eduardo Ferrari; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, Conselheiro Carlos
881 Rogério de Carvalho Nunes; Conselheira Brenda Ferreira Silva; Conselheira Maria da Conceição
882 Pires dos Santos e Conselheiro Antônio Santos Barbosa Castro. Conselheiros Suplentes:
883 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana; Reverendo
884 Renato Saidel Coelho; Conselheira Leila Pizzato; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de
885 Araújo; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheira Ana
886 Carolina Pinheiro Carrenho e Conselheira Márcia Mansur. O Presidente convidou a Conselheira
887 Márcia para receber o certificado como Conselheira representante do Conselho Federal de
888 Psicologia, pedido uma salva de palmas aos presentes. A seguir, passou a palavra para a Sra.
889 Fátima, do CEAS/AL, que agradeceu o apoio de todos e entregou uma escultura para o CNAS,
890 colocando o Conselho à disposição de todos. O Presidente registrou o recebimento de duas cartas
891 sobre a cerimônia de posse e solenidade do PL SUAS, solicitando sua leitura à Secretária-
892 Executiva: *“Prezado presidente, agradeço ao convite, a lembrança, e sinto dizer-lhe que não*
893 *poderei estar presente, no entanto, através deste quero parabenizá-lo e desejar sucesso neste mais*
894 *um ano de presidência. Que consigamos tornar o CNAS cada vez mais forte na defesa dos*
895 *interesses coletivos. Boa sorte, Márcia Maria Biondi Pinheiro”.* *“Exmo. Sr. Presidente Carlos*
896 *Ferrari, presidente do CNAS, agradecemos o convite para a posse da presidência gestão*
897 *2011/2012, tendo a satisfação de cumprimentá-lo e, dirigir-me à V. Excia. para agradecer o*
898 *convite, desejando um feliz e pleno sucesso nesta gestão que se inicia. Infelizmente, em razão de*
899 *compromissos institucionais anteriormente agendados não será possível comparecer ao evento.*
900 *Aproveito a oportunidade para renovar expressões de estima e consideração, e colocar-nos à*
901 *disposição deste Conselho. Att. Ophir Cavalcante Júnior, presidente da OAB”.* O Presidente
902 informou que o Pleno havia se reunido no almoço para discutir questões referentes a dois pontos de
903 pauta do relato da Comissão de Financiamento do mês de julho, podendo prosseguir com o debate.
904 O Conselheiro Pedro Ost manifestou que haviam concordado com o que haviam aprovado,
905 registrando a importância do MDS para que os valores fossem os mesmos e não contingenciados.
906 Que como Conselho deveriam se mobilizar em relação aos Parlamentares, sendo importante ter uma
907 estratégia de como levar adiante tanto no Senado como na Câmara, para sua aprovação. Ressaltou a
908 importância que essas ações fossem feitas já para o mês de maio ou de junho, com dados

909 específicos e tem tempo de se alterar alguma coisa. O Conselheiro Pedro Ost solicitou que no mês
910 de julho um dia da reunião fosse dedicado ao orçamento, visto a urgência dessa questão do
911 financiamento e do orçamento. O Conselheiro Sérgio Wanderly ponderou que ao invés de se
912 solicitar um dia a mais, essa peça chegasse com antecedência de uns três meses antes, tendo tempo
913 para a Comissão de financiamento analisar e repassar aos demais Conselheiros um mês antes de sua
914 aprovação. O Conselheiro Pedro Ost concordou com essa colocação, informando que em próxima
915 reunião da sociedade civil discutiriam os detalhes que gostariam que fossem acrescentados para o
916 próximo orçamento, discorrendo sobre a questão. A seguir, o Presidente solicitou à Secretária-
917 Executiva a condução do processo de votação: Eutália Barbosa Rodrigues: “Voto pela aprovação.”
918 Conselheira Brenda Ferreira Silva: “Voto pela aprovação.” Conselheiro Antônio Santos Barbosa
919 Castro: “Pela aprovação”. Conselheiro José Geraldo França Diniz: “Pela aprovação”. Conselheira
920 Fátima Rampin: “Pela aprovação”. Conselheira Célia Mota de Carvalho: “Pela aprovação”.
921 Conselheiro Sérgio Wanderly Silva: “Pela aprovação”. Conselheiro Irmão Pedro Ost: “Pela
922 aprovação”. Conselheiro Antônio Celso Pasquini: “Pela aprovação”. Conselheiro Clodoaldo de
923 Lima Leite: “Pela aprovação, reiterando a fala do Pasquini e do Irmão Pedro”. Conselheira Maria
924 do Carmo: “Pela aprovação”. Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari: “Pela aprovação”. Conselheira
925 Maria da Conceição Pires dos Santos: “Voto pelo relator”. Conselheira Maria Aparecida do Amaral
926 Godoi: “Pela aprovação”. Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes: “Pela aprovação”.
927 Conselheiro Frederico Jorge: “Pela aprovação, Secretária”. O Presidente considerou aprovada a
928 execução orçamentária do segundo trimestre de 2011 com 16 votos favoráveis. A seguir, a
929 Secretária-Executiva procedeu à aprovação da proposta da Lei Orçamentária para 2012:
930 Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues: “Voto pela aprovação.” Conselheira Brenda Ferreira Silva:
931 “Voto pela aprovação.” Conselheiro Antônio Santos Barbosa Castro: “Pela aprovação”. Conselheiro
932 José Geraldo França Diniz: “Pela aprovação”. Conselheira Fátima Rampin: “Pela aprovação”.
933 Conselheira Célia Mota de Carvalho: “Pela aprovação”. Conselheiro Sérgio Wanderly Silva: “Pela
934 aprovação, saudando o incremento dos valores”. Conselheiro Irmão Pedro Ost: “Pela aprovação”.
935 Conselheiro Antônio Celso Pasquini: “Pela aprovação”. Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite:
936 “Pela aprovação”. Conselheira Maria do Carmo: “Pela aprovação”. Conselheiro Carlos Eduardo
937 Ferrari: “Pela aprovação”. Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos: “Voto pelo relator”.
938 Conselheiro Frederico Jorge de Sousa Leite: “Pela aprovação”. Conselheira Maria Aparecida do
939 Amaral Godoi: “Pela aprovação”. Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes: “Pela
940 aprovação”. O Presidente considerou aprovada a PLOA 2012 por 16 votos, com o compromisso
941 desse Conselho de fazer toda a gestão possível para tivessem esses valores assegurados da forma
942 que havia sido apresentado, senão maiores. A Conselheira Jane solicitou que sua representação na
943 Comissão de Política e do Conselheiro José Araujo na de Financiamento, fossem invertidas. O
944 Conselheiro Antônio Castro informou que na SAGI estavam desenvolvendo uma capacitação para
945 os Conselhos Municipais, além de outras capacitações, indicando que uma das questões bastante
946 trabalhadas era justamente a responsabilidade e, tentar mostrar os instrumentos disponíveis ao
947 gestor para poder cumprir de forma efetiva suas atribuições de fazer o controle da gestão financeira
948 no Conselho. A seguir, elogiou a demanda colocada pela Conselheira Jane, com o Presidente
949 acatando essa alteração. Inversão de Pauta proceder ao **Relato da Memória da reunião da**
950 **Comissão de acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social** e depois ao da **Presidência**
951 **Ampliada.** A Conselheira Eutália procedeu à leitura da “*Memória da reunião da comissão de*
952 *acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. Data: 12 de julho de 2011. Horário: 9h às*
953 *12h. Local: CNAS – Brasília/DF: Conselheiros presentes: Eutália Barbosa Rodrigues; Fátima*
954 *Aparecida Rampin; Clodoaldo de Lima Leite; Jane Clemente; Maria Aparecida do Amaral Godoi*

955 de Faria; Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Marisa Rodrigues da Silva; Renato Saidel
956 Coelho; Samuel Rodrigues; Sérgio Wanderly; Maria da Conceição Pires dos Santos. Conselheiros
957 ausentes: Brenda Ferreira Silva; José Ferreira Crus; Renato Francisco dos Santos Paula.
958 Ouvintes: Maria Dolores da Cunha Pinto; Jorge Luiz Marfins da Silva Junior. Secretaria
959 Executiva: Liliane Neves do Carmo; Fernanda Padovan; Giovana Veloso; Lilian da Silva Guedes;
960 Josué Alves dos Santos. 1. Apreciação do documento “perguntas e respostas sobre o
961 funcionamento dos CAS”. A Comissão discutiu parte do documento e, tendo em vista a necessidade
962 de discuti-lo de forma integral junto aos membros da Comissão, com as considerações dos
963 Conselheiros Eutália Barbosa e Renato Saidel, definiu-se que este item será novamente pautado na
964 reunião de agosto. Sugestões de encaminhamentos: 1.1 A secretaria executiva enviará a minuta de
965 documento aos conselheiros do CNAS, que farão a apreciação e enviarão suas contribuições à
966 Secretaria-Executiva (endereço eletrônico: cnas.controlesocial@mds.gov.br), até o dia 27 de julho.
967 Essa fará a sistematização das questões recebidas e enviará, até o dia 08 de agosto, aos
968 conselheiros da Comissão para leitura prévia e apreciação na reunião da Comissão de agosto; 1.2
969 Sugerir à Plenária revisão do documento “Orientações gerais do CNAS para adequação da lei de
970 criação dos CAS às normativas vigentes e ao exercício do controle social no SUAS”, tendo em vista
971 a necessidade de reformulação, observadas no item 3 do documento “perguntas e respostas sobre o
972 funcionamento dos CÁS”; 1.3 Realizar reunião extraordinária da Comissão em agosto para
973 debater o assunto. 2. Outros assuntos. 2.1 Contribuições do CEAS/SP para a consulta pública
974 sobre o processo eleitoral dos representantes da sociedade civil no CNAS. Na última Plenária o
975 Conselheiro Wagner Carneiro informou que o Conselho Estadual de São Paulo havia enviado
976 contribuições ao CNAS. Esta Secretaria-Executiva pesquisou em todas as caixas e e-mails que
977 poderiam ter recebido as contribuições, porém não foi encontrado. Foi, ainda, pesquisado
978 recebimento por meio impresso e, também, não encontrou-se registro de tal recebimento. 2.2
979 Recebimento do ofício nº 247/CEAS/11. O CEAS/MG solicita intervenção do CNAS, junto ao
980 MDS/Rede Suas, no sentido de ser disponibilizada ao CEAS senha que possibilite o acesso à
981 consulta direta aos questionários dos CMAS subsidiando um Plano de Acompanhamento a partir
982 de uma visão mais global sobre a situação dos CMAS de Minas Gerais. **Sugestão de**
983 **encaminhamento:** 2.2.1 Enviar memorando à SNAS informando sobre o ofício recebido e solicitar
984 informações sobre o assunto. 2.3 Recebimento do ofício nº 239/2011 — CEAS/GO. O CEAS envia
985 Relatório de visita técnica realizada pelo Conselho Estadual de Assistência Social, referente ao
986 Acórdão nº 2809/2009, para conhecimento. **Sugestão de encaminhamento:** 2.3.1 Incluir no item
987 da pauta da reunião de agosto que trata da questão do Acórdão. 3. Informes. 3.1 Lançamento do
988 site do CMAS de Caldas/MG. Foi lançado nosso canal de comunicação na internet. Todas as
989 informações no CMAS Caldas agora serão lançadas por meio do nosso site no endereço:
990 <http://conselhosocialcaldasmg.blogspot.com/>. Visite nossa página, deixe seus comentários, sua
991 pergunta, sua dúvida! O Conselho Municipal de Assistência Social fez aniversário e quem ganhou
992 o presente fomos nós! A comemoração pelos 15 anos de trabalho do CMAS foi realizada no dia 1º
993 de julho, momento em que realizamos também a VII Conferência Municipal de Assistência Social.
994 Saudações cordiais. Um fraterno abraço, Milta Margaret Barbosa. Secretária Executiva do CMAS.
995 Caldas - Minas Gerais. 4. Proposta de pauta para a reunião de agosto. 4.1 Apreciação do
996 consolidado do documento “perguntas e respostas” com as contribuições encaminhadas pelos
997 conselheiros do CNAS. 4.2 Discutir estratégias para acompanhar a atuação dos Conselhos de
998 Assistência Social dos Municípios citados no Acórdão TCU nº 2.809/2009 quanto ao cumprimento
999 das exigências do referido Acórdão. 4.3. Apresentação do consolidado sobre as contribuições
1000 recebidas por meio da consulta pública sobre o processo eleitoral dos representantes da Sociedade

1001 *Civil no CNAS. 4.4 Discutir estratégias para superação das questões apontadas no Censo SUAS*
1002 *referentes ao funcionamento e atuação dos Conselhos de Assistência Social. Eutália Barbosa*
1003 *Rodrigues. Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social”.*
1004 A Conselheira Eutália informou que a reunião conjunta entre a Comissão de Acompanhamento aos
1005 Conselhos e a Comissão de Normas da Assistência Social estava confirmada, tendo em vista a
1006 resposta positiva da participação do professor **Edival** Bernardino para participar da discussão, e em
1007 razão disso teriam que reorganizar a pauta, que trazia quatro pontos. O Presidente indicou o item
1008 um sobre a realização de reunião extraordinária, o que encontrava difícil visto a agenda cheia. A
1009 Conselheira Eutália ponderou, considerando o número de questões a discutir em agosto pela
1010 Comissão, que também deveria ser considerada pelo Pleno, com complementação pelo Conselheiro
1011 Renato Saidel sobre essa necessidade. O Conselheiro Wagner questionou se seria preciso apenas a
1012 revisão de perguntas a respostas, indicando a resolução CNAS nº 237, de dezembro de 2006,
1013 destacando a dificuldade dos conselheiros em entenderem o ciclo orçamentário, com a Conselheira
1014 Eutália esclarecendo que a proposta era de revisão também das orientações e dessa norma. O
1015 Presidente questionou a necessidade dessa reunião, com a Conselheira Eutália informando ter sido
1016 um encaminhamento dos membros da Comissão, diante do acúmulo de pauta. Sugeriu que
1017 futuramente se reunissem um dia antes da Plenária, o que gostaria de discutir com a Comissão. O
1018 Presidente indagou se seria para setembro, com o Conselheiro Pasquini informando que na reunião
1019 de 16 de agosto, teriam uma reunião conjunta da Comissão de Normas e de Conselhos, no período
1020 da manhã, indagando se dois membros de cada Comissão poderiam se ausentar das suas Comissões
1021 e compor a de Conselhos no dia 16 à tarde, adiantando bastante as atividades e não perdendo muito
1022 em termos de discussão e conteúdo. O Conselheiro Wagner sugeriu que se fizesse, ratificando a
1023 proposta do Conselheiro Pasquini, que se não nessa, mas em uma próxima reunião, se não fosse em
1024 agosto, que se fizesse reunião conjunta em setembro para discutir e rever a resolução **CNAS nº 237**,
1025 já que fariam uma revisão de melhor adequação dessa redação de perguntas e respostas. A
1026 Conselheira Marisa concordou com o encaminhamento do Conselheiro Wagner, sugerindo à
1027 comissão retirar as questões prioritárias na pauta e trazer as demandas justificadas para o Pleno e
1028 em agosto submeter ao Pleno a essa extraordinária, com a Conselheira Eutália esclarecendo a
1029 necessidade desse encontro, apoiando a sugestão do conselheiro Pasquini sobre a reunião da
1030 Comissão no período da tarde. O Presidente colocou os dois encaminhamentos, reunião da
1031 Comissão de Conselhos para o dia todo, e com os Suplentes participando das outras Comissões na
1032 parte da tarde; e, caso não fosse possível, em setembro se viria um dia a mais para esse encontro. O
1033 Conselheiro Frederico sugeriu colocar as Comissões do período da tarde para mais cedo,
1034 terminando entre duas ou três horas, e em seguida começaria a de Conselhos, com a participação
1035 desses Conselheiros. O Conselheiro Renato Saidel observou que para isso seria preciso que todos
1036 observassem o encaminhamento do item 1.1 da memória, de que todos tivessem conhecimento da
1037 minuta que estava sendo apresentada, e que encaminhassem suas observações para se fechar esse
1038 encaminhamento, falando como seria o procedimento de discussão e aprovação. Após mais algumas
1039 colocações, o Presidente indicou ter sido agendada a reunião das Comissões da manhã, das 13h às
1040 15h funcionariam as da tarde e das 15h em diante a de Conselhos. A seguir, o Conselheiro Wagner
1041 indicou o item 2.1. para pedir ao **Conselho Estadual** de São Paulo verificar o que havia sido enviado
1042 e que **a Secretaria-Executiva** não estava localizando. Com relação ao item 4.4, o Presidente
1043 ponderou que discutir estratégias para superar os problemas apontados no censo SUAS não era um
1044 desafio da Comissão de Acompanhamento, mas sim de todas as Comissões. Após mais algumas
1045 colocações a Conselheira Eutália destacou que a proposta da reunião de agosto ficaria em um
1046 primeiro momento, a consulta pública na reunião conjunta com a Comissão de Normas, e os outros

1047 três pontos tentariam vencer a partir das quinze horas do primeiro dia da reunião do CNAS. Item
1048 **Relato da Presidência Ampliada**, pelo Conselheiro Pasquini: “*Memória da reunião da*
1049 *Presidência Ampliada, no dia 13 de julho de 201, das 18h às 19h e tanto. Local: CNAS –*
1050 *Brasília/DF. Conselheiros membros da Presidência Ampliada presentes: Carlos Eduardo Ferrari;*
1051 *Eutália Barbosa Rodrigues; José Geraldo França Diniz; Antônio Celso Pasquini; Frederico Jorge*
1052 *de Souza Leite. Ausência justificada: Renato Francisco dos Santos Paula. Apoio da Secretaria*
1053 *Executiva: Maria das Mercês Avelino de Carvalho; Silvani Souza. 1. Proposta de pauta da 192ª*
1054 *Reunião Ordinária agosto 16,17 e 18 de 2011. No dia 16, das 9h às 12h, Reunião Conjunta da*
1055 *Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social e da Comissão de Normas da*
1056 *Assistência Social. Das 14h às 18h: Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da*
1057 *Assistência Social; Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social; Reunião da Comissão*
1058 *de Política da Assistência Social. 18h às 20h: Reunião da Presidência Ampliada. Dia 17/08/2011:*
1059 *Das 09h às 09h15, aprovação da ata da 191ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta. Das 09h15*
1060 *às 10h15: Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros, inclusive*
1061 *sobre a participação nas conferências de assistência social. Das 10h15 às 12h: Relato do GT que*
1062 *discute parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de*
1063 *direitos. Das 14h às 16h: Relato do GT que discute as alíneas “c” e “d” do inciso I do art. 2º da*
1064 *LOAS. Das 16h às 18h: Relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de*
1065 *Assistência Social. No dia 18/08/2011, das 09 às 10h30: A presença da Consultora Jurídica do*
1066 *MDS para discussão sobre Acórdão TCU e pareceres jurídicos. Das 10h30 às 12h: Relato da*
1067 *Presidência Ampliada. Das 14h às 15h: Relato da Comissão de Financiamento da Assistência*
1068 *Social. Das 14h às 16h: Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência*
1069 *Social. Das 16h às 17h: Relato da Comissão de Política da Assistência Social. Das 17h às 18h:*
1070 *Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. 2. Recomendações do Tribunal de Contas*
1071 *União – Acórdão TCU nº 361/2011 – CNAS. O Tribunal de Contas da União, por meio do Ofício*
1072 *nº 922/2011-TCU/SECEX-4 recebido no CNAS dia 16 de junho, encaminhou para conhecimento*
1073 *deste Conselho, cópia do Acórdão 1361/2011, referente ao primeiro monitoramento decorrente de*
1074 *Auditoria de Natureza Operacional realizada com objetivo de avaliar a execução do Plano de Ação*
1075 *apresentado pela Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS, com vistas ao cumprimento das*
1076 *determinações e recomendações exaradas no Acórdão 2809/2009-TCU-Plenário. O mencionado*
1077 *acórdão foi proferido no TC-024.821/2008-5, objeto de Auditoria de Natureza Operacional que*
1078 *avaliou a forma de aplicação, pelos municípios, dos recursos federais transferidos pelo Fundo*
1079 *Nacional de Assistência Social (FNAS) aos Fundos Municipais de Assistência Social*
1080 *(transferências fundo a fundo) e o acompanhamento, pelo MDS, desses recursos. Análise quanto ao*
1081 *item 9.6 do Acórdão: 9.6 Determinar ao Conselho Nacional de Assistência Social que altere os*
1082 *normativos (resoluções nº s 205/201, e reedições, e 237/2006) que disciplinam o processo de*
1083 *escolha dos representantes da sociedade civil nesse conselho, bem como nos conselhos municipais*
1084 *de assistência social, de modo que a escolha dos representantes das entidades e organizações de*
1085 *assistência social e dos trabalhadores do setor recaia diretamente sobre pessoas físicas e não*
1086 *sobre pessoas jurídicas, em observância ao disposto no art. 17, § 10, inciso II, da lei nº 8.742/1993.*
1087 *Providências adotadas sobre o item 9.6 do acórdão: a SNAS informa que o CNAS participou de*
1088 *duas reuniões com a Consultoria Jurídica do MDS sobre a determinação contida no item 9.6 do*
1089 *acórdão. A Consultoria emitiu Parecer que foi submetido a providências por parte da senhora*
1090 *Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Análise: ante as informações*
1091 *apresentadas, considera-se em implementação as medidas adotadas. Desse modo, entende-se*
1092 *conveniente acompanhar o assunto no próximo monitoramento. Encaminhamento da Presidência*

1093 *Ampliada: A Presidência Ampliada sugere convidar a Consultora Jurídica do MDS, Dra. Lúcia*
1094 *Ervilha, para discussão do item 9.6 do Acórdão TCU 2809/2009 na próxima reunião plenária do*
1095 *CNAS. Análise do item 9.7.1 do Acórdão: Em consulta à página eletrônica do CNAS, observa-se,*
1096 *no link 'Capacitação e boas práticas', a sistematização de vários documentos direcionados à*
1097 *capacitação dos conselheiros, entre eles, aqueles recomendados pelo TCU, como a LOAS, a PNAS,*
1098 *a NOB/SUAS, a NOB-RH/SUAS, as cartilhas e orientações TCU e CNAS, exemplos de boas*
1099 *práticas. No que se refere aos exemplos de boas práticas, observa-se que o CNAS relacionou no*
1100 *site tais exemplos. Todavia, não disponibilizou para acesso os documentos correspondentes, como*
1101 *a publicação "Roteiro de Prestação de Contas de Entidades de Interesse Social" elaborada pela*
1102 *Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, elaborada pela Promotoria*
1103 *de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social do Ministério Público do Distrito Federal*
1104 *e Territórios; e o desenvolvimento de sistema de acompanhamento e fiscalização para as fundações*
1105 *e entidades que prestam serviços de assistência social no Maranhão e no município de São Luis —*
1106 *5ª Promotoria Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social do Ministério Público*
1107 *do Estado do Maranhão. Dessa forma, convém que o CNAS efetue os ajustes necessários à*
1108 *disponibilização dos exemplos de boas práticas conjuntamente com os documentos*
1109 *correspondentes. Dada a relevância do documento "Orientações gerais do Conselho Nacional de*
1110 *Assistência Social" para adequação da lei de criação dos conselhos às normativas vigentes e ao*
1111 *exercício do controle social do SUAS", convém que o CNAS também o disponibilize para consulta*
1112 *no link 'Capacitação e boas práticas'. Análise quanto ao item 9.7.2.1 e 9.7.2.2 Acórdão:*
1113 *9.7.Recomendar ao Conselho Nacional de Assistência Social que inclua em seu site na internet, no*
1114 *link destinado à divulgação de boas práticas de gestão em conselhos de assistência social: 9.7.2.1*
1115 *documento intitulado 'Recomendações aos Conselhos Municipais de Assistência Social para*
1116 *Inscrição das Entidades' aprovado em Plenário do CNAS, em reunião ordinária realizada no dia*
1117 *21 de novembro de 2000, o qual apresenta diretrizes gerais para a inscrição das entidades e*
1118 *organizações de assistência social; 9.7.2.2 normativos aprovados pelos demais conselhos de*
1119 *assistência social que definam critérios de acompanhamento, fiscalização e avaliação de entidades*
1120 *e organizações de assistência social, bem como de inscrição de entidades e organizações de*
1121 *assistência social a exemplo da Resolução nº 5/2000, do Conselho de Assistência Social do DF.*
1122 *Providências adotadas: Em informação atualizada, a SNAS informa que foi aprovada a Resolução*
1123 *CNAS 16, de 5 de maio de 2010. Essa resolução foi amplamente divulgada junto aos Conselhos de*
1124 *Assistência Social. A SNAS acrescenta que o CNAS está elaborando orientações para*
1125 *implementação da resolução pelos Conselhos de Assistência Social. Em busca ao site do CNAS,*
1126 *também não foi localizada a inclusão desses normativos no link destinado à divulgação de boas*
1127 *práticas de gestão em conselhos de assistência social, conforme recomendado pelo Tribunal. Nesse*
1128 *sentido, considera-se não implementada a recomendação relativa ao item 9.7.2.2 do Acórdão e*
1129 *entende-se conveniente acompanhar o assunto no próximo monitoramento. Informes da Secretaria*
1130 *Executiva à Presidência Ampliada quanto a esses Itens: Todas as normativas citadas nos itens*
1131 *acima já estão disponíveis no site do CNAS em "Capacitação e boas práticas", conforme*
1132 *recomendado pelo TCU. Análise quanto ao item 9.7.3 do Acórdão. 9.7.3: recomendar ao Conselho*
1133 *Nacional de Assistência Social que institua procedimentos para verificar a autenticidade do*
1134 *documento de inscrição das entidades e organizações de assistência social no conselho municipal*
1135 *de assistência social, com vistas ao registro e à concessão do Certificado de Entidade Beneficente*
1136 *de Assistência Social (CEBAS) junto ao CNAS. Providências adotadas: em informação atualizada,*
1137 *a Secretaria informa que foi aprovada a resolução CNAS 16, de 5 de maio de 2010. Essa resolução*
1138 *foi amplamente divulgada junto aos Conselhos de Assistência Social. Da leitura dos artigos acima*

1139 mencionados, depreende-se que o CNAS impôs, aos conselhos de assistência social, um padrão de
1140 documento para inscrição das entidades de assistência social, o que pode ser considerado um
1141 procedimento de verificação da autenticidade desse documento. Desse modo, entende-se
1142 implementado o item do acórdão. Análise quanto aos itens 9.8.7 do Acórdão: 9.8.7 Recomendar à
1143 Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
1144 Fome e ao Conselho Nacional de Assistência Social que articulem ações juntos aos conselhos
1145 municipais de assistência social dos municípios identificados na auditoria, estendendo-se aos
1146 demais conselhos municipais que porventura se encontrem na mesma situação, para que adotem as
1147 seguintes providências: 1) Promovam ampla divulgação da eleição dos representantes da
1148 sociedade civil para compor o conselho municipal de assistência social, a fim de possibilitar maior
1149 participação de representantes dos usuários ou de organização de usuários da assistência social,
1150 de entidades e organizações de assistência social e de entidades de trabalhadores do setor,
1151 consoante a Resolução CNAS nº 237/2006. Nesse contexto, percebe-se, das recomendações do
1152 CNAS e das questões a serem abordadas na consulta pública que as iniciativas do CNAS são no
1153 sentido de aprimorar o processo de eleição da sociedade civil, estimulando a uma maior
1154 participação da civil na composição do conselho que foi o intuito da recomendação do TCU.
1155 Assim, uma vez que tais iniciativas estão em curso, considera-se em implementação as medidas
1156 adotadas e entende-se conveniente acompanhar o assunto no próximo monitoramento. Análise
1157 quanto aos itens 9.8.2 do Acórdão. 9.8.2. Recomendar à Secretaria Nacional de Assistência Social do
1158 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ao Conselho Nacional de Assistência
1159 Social que articulem ações juntos aos conselhos municipais de assistência social dos municípios
1160 identificados na auditoria, estendendo-se aos demais conselhos municipais que porventura se
1161 encontrem na mesma situação, para que adotem as seguintes providências: 1) Promovam ampla
1162 divulgação da eleição dos representantes da sociedade civil para compor o conselho municipal de
1163 assistência social, a fim de possibilitar maior participação de representantes, dos usuários ou de
1164 organizações de usuários da assistência social, de entidade e organizações de assistência social e
1165 de entidades de trabalhadores do setor, consoante a Resolução CNAS nº 237/2006. Em informação
1166 atualizada às fls. 116, a Secretaria informa que o CNAS enviou em 30/07/2010, ofício ao
1167 FONSEAS (ofício nº 081/2010/CC/PRES/CNAS), ao CONGEMAS (Ofício
1168 0084/2010/CC/PRES/CNAS, ao FONACEAS (ofício nº 083/2010/CC/PRES/CNAS) e aos Conselhos
1169 de Assistência Social municipais, estaduais e do DF (Ofício Circular nº
1170 082/2010/CC/PRES/CNAS). Além disso, o CNAS abriu consulta pública sobre o processo eleitoral
1171 da sociedade civil, com vistas à próxima eleição (disponível no site do CNAS). Assim, uma vez que
1172 tais iniciativas estão em curso, considera-se em implementação as medidas adotadas e entende-se
1173 conveniente acompanhar o assunto no próximo monitoramento. Análise quanto ao item 9.8 do
1174 Acórdão. 9.8.2. Recomendar à Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS e ao Conselho
1175 Nacional de Assistência Social que articulem ações juntos aos conselhos municipais de assistência
1176 social dos municípios identificados na auditoria, estendendo-se aos demais conselhos municipais
1177 que porventura se encontrem na mesma situação, para que adotem as seguintes providências.
1178 Análise quanto ao item 9.8.2. 9.8.2: informem ao Ministério Público sobre o processo de escolha
1179 dos representantes da sociedade civil para compor o conselho municipal de assistência social, de
1180 modo a possibilitar a fiscalização por parte daquele órgão, nos termos dos arts. 17, § 10, inciso, II,
1181 alínea 30, inciso I, e alínea 31 da Lei nº 8.742/1993 e art. 11 da Resolução CNAS nº 237/2006.
1182 9.8.3 exerçam fiscalização das entidades e organizações de assistência social, em cumprimento ao
1183 art. 9º, da Lei nº 8742/1993, bem como observem as orientações contidas no subitem 9.3 do
1184 Acórdão nº 700/2004. Análise: O Ofício Circular 082/2010/CC/PRES/CNAS trata do envio, aos

1185 *Conselhos de Assistência Social, do documento “Orientações Gerais do Conselho Nacional de*
1186 *Assistência Social para a adequação da lei de criação dos conselhos às normativas vigentes, e ao*
1187 *exercício do controle social no SUAS”, elaborado pelo CNAS. Assim ante a atuação do CNAS. que*
1188 *denota esforço no atendimento à recomendação do Tribunal. considera-se em implementação as*
1189 *medidas adotadas e entende-se conveniente acompanhar o assunto no próximo monitoramento. Por*
1190 *fim, registra-se que, sem prejuízo da adoção das medidas acima mencionadas, e com o objetivo de*
1191 *permitir maior efetividade à deliberação do Tribunal, outras ações poderão ser realizadas como,*
1192 *para exemplo, orientar os Conselhos de Assistência Social para que informem ao Ministério*
1193 *Público sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil, de forma de possibilitar*
1194 *a fiscalização por parte desse órgão, conforme Lei 8.742/93 e Resolução CNAS 237/2006, proposta*
1195 *inicialmente apresentada no plano de ação original. Providências adotadas: O CNAS enviou em*
1196 *30/07/2010 ofício ao FONSEAS (ofício nº 081/2010 CC/PRES/CNAS), ao CONGEMAS (Ofício nº*
1197 *084/2010/CCIPRES/CNAS), ao FONACEAS (ofício 083/2010 CC/PRES/CNAS) e aos Conselhos de*
1198 *Assistência Social municipais, estaduais e do DF (Ofício Circular nº 082/2010/CC/PRES/CNAS).*
1199 *Análise quanto aos itens 9.8.4, 9.8.5, 9.8.6 do Acórdão: 9.8.4 Recomendar à SNAS/MDS e ao CNAS*
1200 *que articulem ações junto aos municípios identificados na auditoria, estendendo-se aos demais*
1201 *municípios que porventura se encontrem na mesma situação, para que adotem as seguintes*
1202 *providências: 9.8.5 Encaminhem ao poder legislativo municipal projeto de lei de: criação do*
1203 *conselho municipal de assistência social; 9.8.6 Encaminhem ao poder legislativo municipal projeto*
1204 *de lei visando à alteração da lei criação do conselho municipal de assistência social, de modo a*
1205 *prever a eleição da sociedade civil em foro próprio, bem como observância com o art. 16, inciso*
1206 *IV, da Lei nº 8742/1993, o art. 5º do Decreto nº 5.003/2004 e o art. 11 da Resolução CNAS no*
1207 *237/2006. Providências adotadas: O CNAS aprovou orientações aos conselhos de assistência*
1208 *social para atualização das leis e criação. Essas orientações foram encaminhadas aos conselhos*
1209 *municipais, estaduais e do DF, ao FONSEAS e ao CONGEMAS. A SNAS também informa que o*
1210 *CNAS acompanhará o debate acerca da atualização das leis de criação a ser realizado pelos*
1211 *conselhos de assistência social junto aos órgãos gestores de assistência social, a qual inclui o*
1212 *processo de eleição da sociedade civil. A SNAS em conjunto com o CNAS realizou entre 26 e 28 de*
1213 *outubro de 2010 oficina sobre o tema, que contou com a participação do CEAS, CAS/DF, das CIBs*
1214 *e dos 40 municípios auditados. Análise: Assim, ante a atuação do CNAS, que denota esforço no*
1215 *atendimento à recomendação do Tribunal, considera-se em implementação as medidas adotadas e*
1216 *entende-se conveniente acompanhar o assunto no próximo monitoramento. Análise quanto aos itens*
1217 *9.9 do Acórdão: 9.9 Recomendar à SNAS/MDS e ao CNAS que articulem ações junto ao Ministério*
1218 *Público de cada estado no sentido de exortar os membros do Ministério Público nos municípios a*
1219 *exercerem a fiscalização do processo de escolha dos representantes da sociedade civil nos*
1220 *conselhos municipais de assistência social, consoante o disposto nos arts. 17, § 1º, inciso II, e*
1221 *alínea 31 da lei nº 8.742/1993 e art. 11 da Resolução CNAS nº 237/2006. **Providências adotadas:** a*
1222 *SNAS informa que em conjunto com o CNAS promoverá oficina sobre o assunto a ser realizada em*
1223 *novembro/2010, com a presença do Ministério Público. Adicionalmente, o CNAS encaminhará*
1224 *orientação aos conselhos de assistência social para que informem ao Ministério Público sobre o*
1225 *processo de escolha dos representantes da sociedade civil, de modo a possibilitar a fiscalização*
1226 *por parte deste órgão, conforme Lei nº 8742/1993 e Resolução CNAS nº 237/2006. Análise: Ante*
1227 *as informações apresentadas, considera-se que a recomendação está em implementação. Neste*
1228 *sentido, entende-se oportuno acompanhar o assunto no próximo monitoramento. 3. LOAS Anotada*
1229 *- Memorando SNAS/MDS Nº 1555/2011. A Secretaria Nacional de Assistência Social, por meio do*
1230 *Memorando nº 1555/2011, sugere a constituição de um Grupo de Trabalho para revisar a Lei*

1231 *Orgânica da Assistência Social Anotada, tendo em vista a sanção da Lei que cria o SUAS - Lei nº*
1232 *12.435/2011. Neste sentido, solicita ao CNAS a indicação de 2 (dois) representantes para integrar*
1233 *o referido GT. **Encaminhamento da Presidência Ampliada:** A Presidência Ampliada sugere que os*
1234 *representar do CNAS no referido GT tenham o seguinte perfil: domínio da política de assistência*
1235 *social, habilidade de escrita e com viés jurídico e político. Diante disso, submete o tema à plenária*
1236 *para as duas indicações. 4. Composição da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e*
1237 *Transferência de Renda. Conforme consta no art. 41 da Resolução nº 06/2011 (Regimento Interno*
1238 *do CNAS), a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, órgãos*
1239 *normativos e deliberativos no âmbito de sua competência, será composto de 6 (seis) membros, com*
1240 *representação paritária, escolhidos pela Plenária. O mandato dos membros das Comissões*
1241 *coincidirá com o mandato dos Conselheiros. O Coordenador será escolhido na Plenária, a partir*
1242 *de indicação dos membros de cada Comissão. A referida Comissão se reunirá por convocação do*
1243 *Presidente, motivado por demanda apresentada à Presidência e o seu funcionamento será*
1244 *disciplinado em resolução específica. **Encaminhamento da Presidência Ampliada:** A Presidência*
1245 *Ampliada submete a indicação dos seus membros da Comissão de Acompanhamento de Benefícios*
1246 *e Transferência de Renda à plenária. 5. Solicitação da Secretaria de Políticas Públicas de*
1247 *Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego de indicação de representante do CNAS para*
1248 *integrar o Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional. O Secretário de Secretário de Políticas*
1249 *Públicas de Emprego, por meio do Ofício nº 5465/2011 do Ministério do Trabalho, convidou o*
1250 *Conselho Nacional de Assistência Social para integrar o Fórum Nacional de Aprendizagem*
1251 *Profissional. O objetivo do Fórum, criado em 2008, é promover o contínuo debate entre*
1252 *instituições formadoras, órgãos de fiscalização e representação de empregadores e trabalhadores;*
1253 *desenvolver, apoiar e propor ações de mobilização para contratação de aprendizes; monitorar e*
1254 *avaliar o cumprimento da cota. Anualmente, os responsáveis pelo Fórum deverão apresentar um*
1255 *relatório ao MTE e à sociedade civil. **Encaminhamento da Presidência Ampliada:** A Presidência*
1256 *Ampliada indicou o nome do Presidente do CNAS, Carlos Eduardo Ferrari, para compor o*
1257 *FNAP/MTE e submete à plenária para aprovação. 6. Solicita; ao do FONACEAS. O Fórum*
1258 *Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social - FONACEAS, por meio de carta, e após a*
1259 *sua 19ª Reunião Ampliada realizada em junho de 2011, solicita ao CNAS espaço de inclusão na*
1260 *pauta de informes próprios do FONACEAS; e requer a presença deste Conselho em todas as*
1261 *reuniões do Fórum para trazer informes de suas principais orientações, deliberações e outras*
1262 *notícias. Encaminhamento da Presidência Ampliada. 1. Enviar ofício ao FONACEAS esclarecendo*
1263 *que, regimentalmente, os informes do CNAS, conforme artigo 17 da Resolução CNAS nº06/2011,*
1264 *seguem o rito de procedimentos das nossas reuniões plenárias, sendo espaços reservados para*
1265 *comunicados da Secretaria Executiva, da Presidência, dos Conselheiros, do Ministério do*
1266 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da CIT. 2. Ressaltar ainda que a participação nas*
1267 *reuniões do CNAS e a recepção/discussão de temas vindos de instâncias de controle social, como*
1268 *do FONACEAS, nunca foram cerceados por este Colegiado, porém, todas as solicitações são*
1269 *submetidas à Presidência Ampliada para conhecimento e propositura de pautas sejam elas nas*
1270 *comissões temáticas ou nas reuniões ordinárias. 3. A presença do CNAS nas reuniões do*
1271 *FONACEAS depende de questões de agenda e de recursos orçamentários para viabilizar sua*
1272 *participação. 7. Ofício da entidade “Comcausa”. O Coordenador Executivo da “Comcausa”,*
1273 *entidade que atua na busca de garantia dos direitos humanos, econômicos, culturais, ambientais e*
1274 *sociais na valorização da vida e prevenção a qualquer tipo de violência, informa que enviou ofício*
1275 *ao Presidente do CMAS de Nova Iguaçu solicitando esclarecimentos sobre a não aceitação dos*
1276 *documentos para inscrição da entidade naquele Conselho, pelo motivo da instituição estar*

1277 *funcionando em endereço diferente do que consta no CNPJ. A entidade explica o motivo da*
1278 *mudança e informa que todos os serviços continuam sendo prestados em outro endereço, de*
1279 *conhecimento público devido à divulgação pelos diversos meios de comunicação que a entidade*
1280 *dispõe jornal periódico, páginas na internet, várias redes sociais na web e em materiais de*
1281 *divulgação com ampla circulação. **Encaminhamento da Presidência Ampliada:** Enviar ofício à*
1282 *entidade informando que a Presidência Ampliada tomou conhecimento do conteúdo do ofício*
1283 *enviado ao CMAS de Nova Iguaçu/RJ. 8. Demanda acadêmica. Estudante de Ciências Sociais da*
1284 *Universidade Federal do Rio Grande do Sul está realizando uma pesquisa a respeito do CNAS e*
1285 *necessita de algumas informações a respeito do espaço físico disponível para o CNAS, tais como o*
1286 *número de salas disponíveis para o CNAS; a capacidade da sala em que são realizadas as plenária*
1287 *e, se possível, o tamanho do espaço disponível para o CNAS. A Secretaria Executiva enviou e-mail*
1288 *ao estudante, ressaltando que o pedido deve seguir o que disciplina a Ordem de Serviço n°*
1289 *02/2005, quanto aos procedimentos referentes à autorização de pesquisas e consultas, no âmbito*
1290 *do Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS, para estudantes e mestrandos de*
1291 *Universidades e Faculdades. A saber: 1. O pedido deve ser formulado pela Instituição*
1292 *Educacional, dirigido e encaminhado à Presidência do Conselho Nacional de Assistência Social -*
1293 *CNAS; 2. O Presidente do Conselho submeterá a consideração da Presidência Ampliada, a qual*
1294 *avaliará o objeto e a relevância da pesquisa; 3. Uma vez concedida a autorização para pesquisa, o*
1295 *interessado deverá se comprometer, após conclusão de seu trabalho, encaminhar cópia do*
1296 *relatório final, a fim de que o mesmo seja levado a conhecimento dos Conselheiros do CNAS.*
1297 **Encaminhamento da Presidência Ampliada:** *A Presidência Ampliada concedeu autorização para*
1298 *a realização da pesquisa, ressaltando que, conforme dispõe a Ordem de Serviço n° 02/2005, o*
1299 *pesquisadora deverá se comprometer, após conclusão de seu trabalho, encaminhar cópia do*
1300 *relatório final, a fim de que o mesmo seja levado a conhecimento dos Conselheiros do CNAS. 9.*
1301 *Comunicação do Conselho Nacional de Política Criminal. O Conselho Nacional de Política*
1302 *Criminal e Penitenciária - CNPCP encaminha Comunicado Oficial informando que aquele*
1303 *Conselho estará recebendo sugestões para o Decreto de Indulto Natalino 2011 de 1 de julho até 1°*
1304 *de setembro de 2011 pelo fax (61) 2025-9838, e conta com a colaboração deste CNAS. Comunica*
1305 *também que será realizada uma Audiência Pública para tratar do tema no dia 12 de setembro às*
1306 *14h no CNPCP/MJ e no dia 26/09/2011 em reunião ordinária. **Encaminhamentos da Presidência***
1307 **Ampliada:** *1. A Presidência Ampliada sugere a participação do Coordenador de Política da*
1308 *Assistência Social e da Conselheira Eutália Barbosa na audiência pública no dia 12/09; 2.*
1309 *Submeter o assunto para discussão na Comissão de Política; 3. Publicizar o comunicado do*
1310 *Conselho Nacional de Política Criminal aos Conselhos de Assistência Social. 10. Conselho de*
1311 *Previdência Social encaminha moção de Recomendação n° 05/2011. O Conselho de Previdência*
1312 *Social de Chapecó/SC, por meio do Ofício n° 141/Gerência Executiva do INSS em Chapecó/INSS,*
1313 *envia moção de recomendação no 05/2011 de instituição do Conselho de Seguridade Social.*
1314 **Encaminhamentos da Presidência Ampliada:** *Enviar cumprimento ao Conselho de Previdência*
1315 *Social de Chapecó/SC pela criação do Conselho Nacional de Seguridade Social e informar que esse*
1316 *assunto foi tema da 1ª Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de*
1317 *Seguridade Social, ocorrida em dezembro de 2010. 11. Convites. 11.1 O Conselho Municipal de*
1318 *Assistência Social de Guarulhos/SP convida o Vice-Presidente do CNAS, Renato de Paula, para*
1319 *participar da abertura da VII Conferência Municipal de Assistência Social na qualidade de*
1320 *representante do CNAS que este conselho estará realizando no dia 26.07.2011, com início previsto*
1321 *para às 18hs em Guarulhos/SP. Encaminhamentos da Presidência Ampliada: A Presidência*
1322 *Ampliada aprova a participação do Vice- Presidente, desde que não haja custos para o CNAS. 11.2*

1323 *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES e o Observatório da Equidade*
1324 *enviaram convite, via e-mail, para o Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal, a ser realizado*
1325 *no dia 10 de agosto de 2011, de 9h00 às 18h30, em Brasília/DF. Com o objetivo de debater uma*
1326 *agenda justiça fiscal capaz de transformar a estrutura regressiva da tributação e sustentar o novo*
1327 *patamar de desenvolvimento do país, o CDES, ao promover este Seminário, estará ampliando a sua*
1328 *compreensão sobre o sistema fiscal brasileiro a partir da perspectiva da equidade. O seminário é*
1329 *aberto e para participar basta o preenchimento da ficha de inscrição eletrônica até o dia*
1330 *05/08/2011. A programação segue em anexo e a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento*
1331 *Econômico e Social - SEDES coloca-se à disposição para os esclarecimentos que se fizerem*
1332 *necessários, nos tel: (61) 3411-2199 ou pelo e-mail cdes@planalto.gov.br. Encaminhamentos da*
1333 *Presidência Ampliada: Sugeriu-se a presença de representantes da Secretaria Executiva do CNAS*
1334 *no evento, para trazer informes à plenária. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS”. Com*
1335 *relação a alterações na pauta de agosto, o Presidente indicou que teriam de 13h às 15h as Comissões*
1336 *e das 15h às 18h a Comissão de Conselhos. O Conselheiro Pasquini ressaltou a importância dos três*
1337 *documentos a serem discutidos na reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento dos*
1338 *Conselhos e de Normas, convidando os demais Conselheiros para participar do encontro. Indicando*
1339 *o item 9.6 o Presidente indicou que a Dra. Lúcia, da CONJUR participaria dessa discussão sobre*
1340 *determinação do TCU e que todos discordavam. O item 3 refere-se à LOAS Anotada, que não*
1341 *existia mai, com SNAS propondo se fazer outra a três mãos: SNAS, CONJUR e CNAS, solicitando*
1342 *ao Conselho dois nomes, com a indicação da Conselheira Carolina, e a Conselheira Leila aprovada*
1343 *pelo Pleno.! Item 4, Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, com a*
1344 *participação dos Conselheiros Fátima, Simone, Célia, Carlos Rogério, Relato Saidel e Maria do*
1345 *Carmo. No item 5, na Presidência ampliada, o Conselheiro Clodoaldo sugeriu como suplente do*
1346 *Presidente a Conselheira Jane, o que foi consensuado pelo Pleno. Item 6. FONACEAS, que pedia*
1347 *um espaço nos informes do CNAS, assim como o CNAS participasse das suas reuniões. Destacou*
1348 *que o regimento não trazia essa possibilidade, mas que o FONACEAS poderia mandar os*
1349 *informes para a Presidência Ampliada, que os traria ao Conselho, falando sobre as dificuldades de*
1350 *agenda e de recursos para participação do CNAS nas suas reuniões. Item 7. Entidade Comcausa,*
1351 *que fazia um informe para o CNAS. Item 8, demanda acadêmica para conhecer a infraestrutura*
1352 *física do Conselho. O Conselheiro Wagner, sobre essas demandas, sugeriu que o CNAS tivesse uma*
1353 *devolutiva, informando aos Conselheiros de possível necessidade de sua participação e também*
1354 *para conhecerem o status desse processo. O Presidente esclareceu que existia a praxe de o aluno, ao*
1355 *final de sua pesquisa, informar ao conselho, o que demorava de três a quatro anos para resposta.*
1356 *Item 10. O Presidente informou que o Conselho de Previdência Social de Chapecó informava a*
1357 *criação do Conselho Municipal de Seguridade Social. Item 11. 11.1, Convite de Guarulhos ao Vice-*
1358 *Presidente, Renato de Paula, e o CDES fazia um convite para o CNAS, tendo sugerido que a*
1359 *Secretaria-Executiva enviasse representantes para participar do evento e trazer uma devolutiva e*
1360 *contribuir com o Conselho também com esse aprendizado. O Presidente encerrou o relato da*
1361 *Presidência Ampliada. O Conselheiro Frederico procedeu à leitura da “**Memória da reunião da***
1362 ***Comissão de Política de Assistência Social.** Data: 12 de julho de 2011. Horário: 14 às 18. Local.*
1363 *CNAS - Sala 102. Conselheiros integrantes da Comissão: Célia Mota de Carvalho; Clodoaldo de*
1364 *Lima Leite; Frederico Jorge de Souza Leite; José Araújo da Silva; José Ferreira da Crus; Leila*
1365 *Pizzato; Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Maria do Carmo Tourinho; Marisa Rodrigues da*
1366 *Silva. Ausência Justificada: Anna Claudia Romano Pontes. Convidados: Rafael Barreto,*
1367 *Coordenador Geral de Monitoramento de Resultados — DM/SAGI/MDS; José Ferreira da Crus,*
1368 *Coordenador- Geral da gestão Do Trabalho do SUAS/DGSUAS/SNAS/MDS. Secretaria Executiva*

1369 do CNAS: Ana Tereza Gomes; Maria Antonia Valente; Maria Auxiliadora Pereira; Rosiely
1370 Bomfim. Considerando que o processo de conferências de assistência social tem como tema a
1371 Construção do SUAS e a valorização dos seus trabalhadores, a Comissão de Política pautou a
1372 discussão sobre os “Recursos Humanos no âmbito do SUAS”. Rafael Barreto, Coordenador Geral
1373 de Monitoramento de Resultados da SAGI/MDS, apresentou a análise da evolução dos
1374 trabalhadores do Suas no âmbito dos equipamentos públicos CRAS e CREAS, no período de 2005 a
1375 2010, lembrando que 2005 o início da implantação do Suas. Quanto à evolução do quantitativo de
1376 trabalhadores da Assistência Social, por vínculo, houve um aumento do quantitativo de
1377 trabalhadores da Assistência Social de 139 mil em 2005 para 220 mil em 2010, perfazendo uma
1378 taxa de crescimento de 9,6% ao ano. O desafio presente é a ausência de alterações significativas
1379 nos vínculos empregatícios destes trabalhadores, com cerca de metade deles não tendo vínculo
1380 permanente. Avaliando-se a evolução do quantitativo de trabalhadores da Assistência Social, por
1381 grau de escolaridade, este expressivo aumento de trabalhadores atuantes na Assistência Social não
1382 implicou em uma deterioração de sua qualificação profissional. Pelo contrário, o grau de
1383 escolaridade melhorou, com os profissionais que têm nível superior passando a representar 30,7%
1384 do total em 2010, contra 27% em 2005. O crescimento dos trabalhadores alocados nos CRAS foi
1385 ainda mais intenso, uma vez que seu número dobrou em apenas três anos, passando de 25,6 mil em
1386 2007 para 51,6 mil em 2010. Hoje, quase ¼ dos trabalhadores do SUAS estão nos CRAS. Os
1387 trabalhadores dos CREAS têm grau de escolaridade mais elevado, com profissionais de nível
1388 superior representando mais de 60% do total. Houve elevação do total de trabalhadores de 9,3 mil
1389 em 2009 para 14 mil em 2010. Esse dado positivo se manteve com expressiva expansão dos CREAS
1390 para os municípios com mais de 20 mil habitantes. Quanto aos recursos humano no Controle
1391 Social, detectou-se que a maioria dos conselhos já possui 7 conselheiros ou mais como titulares. O
1392 desafio ainda persiste quanto à baixa quantidade de funcionários para atividades administrativas
1393 nos conselhos municipais de assistência social. Todos os portes populacionais, com exceção das
1394 metrópoles, ou não tem ou possui apenas um funcionário: Pequeno Porte I (90%), Pequeno Porte
1395 II (84%), Médio Porte (76%), Grande Porte (52%) dos municípios de Porte I não possui
1396 funcionários. Constata-se a melhoria efetiva da gestão em assistência social nos municípios nos
1397 últimos anos, com influência positiva do aporte de recursos humanos. Em 2005, metade dos
1398 municípios possuíam gestão precária. Já em 2009 diminuiu para 1/3 os municípios nessa condição.
1399 A SAGI tem como perspectiva desenvolver estudos e pesquisas das necessidades de recursos
1400 humanos para a Assistência Social, em termos de efetivo total, formação e capacitação específica e
1401 desenvolverá estudos adicionais para especificar a relevância dos trabalhadores para a qualidade
1402 da gestão e dos serviços socioassistenciais. Foi entregue ao representante da SAGI a cópia da
1403 Resolução CNAS n° 17/2011, fruto de um amplo debate, que ratifica a equipe, de referência
1404 definida, pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência
1405 Social — NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as
1406 especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único
1407 de Assistência Social — SUAS. José Crus, na condição de Coordenador-Geral da Gestão do
1408 Trabalho do SUAS/DGSUAS/SNAS/MDS, iniciou sua fala parabenizando a todos pela trajetória de
1409 luta para a conquista do Suas: “Agora somos trabalhadores do Suas com fórum próprio”, se
1410 referindo à sanção da Lei n° 12.435/2011, de 6 de julho de 2011. Enfatizou que a Gestão do
1411 Trabalho é nova e foi legitimada na referida Lei, em seu Art. 6°. O que representa muito trabalho,
1412 considerando ser uma área estratégica para contribuir no fortalecimento do Suas e da qualidade
1413 na oferta dos serviços socioassistenciais. Apresentou, em seguida, as Estratégias para Estruturação
1414 da Gestão do Trabalho no SUAS e as várias ações desencadeadas pela Coordenação Geral,

1415 responsável pela Gestão do Trabalho: Acompanhamento da implementação da NOB-RH por meio
1416 de várias ferramentas de gestão; Censo SUAS; CADSUAS; entre outras; Programa de
1417 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Parceria/BID); Capacitação
1418 (aperfeiçoamento) - 10 mil profissionais; Formação técnica - 15 mil orientadores sociais; Cursos
1419 de Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços da Assistência Social 1.300 profissionais
1420 (ênfase equipes dos estados, DE e municípios); Mestrado profissional - 75 profissionais (3 turmas).
1421 Cooperação Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o MDS,
1422 Edital com linhas temáticas da política de assistência social; Proteção Social não Contributiva e o
1423 Sistema Único de Assistência Social; Trabalho com famílias no âmbito do SUAS, com foco na
1424 atenção e acompanhamento familiar; Territorialidade e gestão do território no âmbito do, SUAS;
1425 Vigilância Social, com foco, na busca ativa e a coleta de dados para notificação das Situações de
1426 Violação de Direitos, no âmbito do SUAS; Gestão e operacionalização de Fundos de Assistência
1427 Social; Gênero e assistência social, com foco nas ações de prevenção e atendimento às situações de
1428 violência contra as mulheres no âmbito da Proteção Social Básica e Especial do SUAS; A
1429 prevenção e o atendimento a situações de uso de crack e outras drogas no âmbito da Proteção
1430 Social Básica e Especial do SUAS; Controle Social. Elaboração, pactuação e aprovação da
1431 Política Nacional de Capacitação do SUAS, com base nos dados levantados no Censo SUAS e nas
1432 discussões com os estados e DF; Em fase de elaboração (articulação interministerial e
1433 interinstitucional - Universidades, Escolas de Governo, Estados, DF e Municípios); Orientações
1434 técnicas, instruções, cadernos e publicações: Investimento em produção de materiais didáticos;
1435 Intensificação da comunicação online, (Link da Gestão do Trabalho no sitio do MDS: disseminar
1436 conhecimentos); Livro sobre Gestão do Trabalho (em processo de desenvolvimento).
1437 Desenvolvimento de estudos e pesquisas: Estudo de competências, visando aprimorar a articulação
1438 entre a formação e RH: Serviço Social; Direito; Pedagogia e Psicologia; Estudos relativos às
1439 equipes de referência no âmbito do SUAS abordando: concepção; equipes X qualidade dos
1440 serviços; especialidades X serviços; vínculos dos trabalhadores com os usuários; atuação do
1441 profissional e o protagonismo do usuário; Estudo sobre o perfil dos trabalhadores, em consonância
1442 com os níveis de complexidade do SUAS: formação, função, cargo e referências bibliográficas
1443 (subsidiar a elaboração de edital de concursos públicos, no caso para estados e municípios);
1444 Estudo dos perfis das categorias profissionais de nível superior, médio e fundamental do SUAS,
1445 mediante análise das informações contidas na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO,
1446 obtidas nos Encontros Regionais e Nacional, Censo SUAS e no CAD/SUAS, com a finalidade de:
1447 Apresentar sugestões para atualização da CBO; Promover a avaliação e a certificação profissional
1448 dos trabalhadores do SUAS. Apoio aos municípios para estruturar equipes de referência com
1449 profissionais concursados: Lei do SUAS Lei n° 12.435, de 6 de julho de 2011 - Altera a Lei n°
1450 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;
1451 Estabelecimento de parâmetros e orientações sobre seleção de profissionais para concurso público
1452 no SUAS; Elaboração e divulgação da NOB-RH comentada; Desencadeamento de esforços junto
1453 ao CONGEMAS, FONSEAS e Associações de Prefeitos para defesa e garantia de concurso público
1454 para a Assistência Social; Apoio aos estados para estruturar equipes para a gestão do Trabalho:
1455 Realização de estudos sobre equipe necessária aos Estados e DF, sobretudo da gestão do trabalho
1456 (perfil, quantidade, competências, abrangência, escopo, missão das equipes); Acompanhamento da
1457 implementação e consolidação do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual; Realização de 5
1458 reuniões técnicas regionais e 01 reunião nacional da Gestão do Trabalho (equipes da gestão do
1459 trabalho das Secretarias de Estado de Assistência Social com foco no Plano Estadual de
1460 Capacitação); Instituição das Mesas de Negociações do SUAS nas três esferas de governo; Agenda

1461 *estratégica para o processo de conferências; Acompanhar as Conferências de Assistência Social —*
1462 *“Consolidar o Suas e Valorizar seus trabalhadores”. - Subtema 1 - Estratégias para a estruturação*
1463 *da gestão do trabalho no SUAS. Desafios para a Gestão do Trabalho: Contribuir com a*
1464 *“desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores e fim da terceirização; Garantir Educação*
1465 *Permanente dos trabalhadores (ação compartilhada entre as três esferas de governo); Assegurar*
1466 *gestão participativa com controle social; Fomentar a utilização de estruturas existentes no âmbito*
1467 *Federal, Estadual, do DF e municipal, para a formação profissional na área do Suas; Cobertura*
1468 *de 100% dos municípios estruturados com, equipe de referência, em consonância com a NOB-RH;*
1469 *Instituição de financiamento para linhas de pesquisa; Incluir no PPA recursos para a Gestão do*
1470 *Trabalho e definição de estratégias para essa discussão no âmbito dos municípios e estados; A*
1471 *Comissão reconhece o magnífico trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito da SNAS em*
1472 *relação à gestão do trabalho e acredita que a Lei nº 12.435/2011, a Resolução CNAS nº 17/2011 e*
1473 *as estratégias para estruturação da Gestão do Trabalho no âmbito do Suas impactarão*
1474 *positivamente nas análises futuras sobre os recursos humanos no SUAS. Encaminhamento:*
1475 *Encaminhar a cópia da apresentação da análise do Censo Suas/2010 em relação a Recursos*
1476 *Humanos apresentado pela SAGI aos conselheiros do CNAS, como um subsídio a mais para suas*
1477 *participações nas conferências de Assistência Social. 2. Pauta da Reunião da Comissão de Política*
1478 *em agosto: Apresentação e discussão da Lei nº 12.435/2011 Convidados sugeridos: 1. Simone*
1479 *Albuquerque, Diretora de Gestão do SUAS e Conselheira Nacional; 2. CONJUR/MDS. Frederico*
1480 *Jorge de Sousa Leite. Coordenador da Comissão de Política”. O Conselheiro Carlos Rogério,*
1481 *parabenizando pelo trabalho, indagou se havia apenas essa apresentação ou tinha uma publicação,*
1482 *com o Conselheiro Frederico esclarecendo que traziam as principais anotações do diretor, do*
1483 *Conselheiro José Crus, e tem a disponibilização da apresentação do Sr Rafael, da SAGI. A*
1484 *Conselheira Jane observou que na capacitação e qualificação dos trabalhadores para*
1485 *operacionalização do SUAS, tudo havia sido falado somente para equipes governamentais e nada*
1486 *para os trabalhadores nas instituições de Assistência Social, falando sobre as dificuldades que*
1487 *poderiam advir dessa falha, o que deveria ser corrigido. O Conselheiro Pasquini manifestou sua*
1488 *preocupação com a questão da capacitação, tendo falado para a SAGI na última reunião que fosse*
1489 *contemplado nesse programa, formação técnica, curso de especialização, mestrado, por entidades*
1490 *ligadas ao Sistema Federal de Ensino, ou o Sistema Estadual de Ensino, e para o quê chamava a*
1491 *atenção do CNAS, com o Conselheiro Frederico informando ter sido um dos pontos que havia*
1492 *levantado na discussão da Comissão e que estava registrado. Como encaminhamento, sugeriu que*
1493 *toda a parte de capacitação e formação fosse feita por instituições credenciadas no Sistema Federal*
1494 *de Ensino, ou Sistema Estadual de Ensino, esclarecendo sobre essa solicitação. O Conselheiro*
1495 *Renato Saidel, sobre o assunto, indagou se eram os trabalhadores vinculados à rede pública, ou a*
1496 *rede pública estava conveniada e se precisando levantar o dado correto, com o Presidente*
1497 *esclarecendo ser rede estatal. O conselheiro Pasquini concordou com esse levantamento, sendo*
1498 *preciso fazer um processo para se ter o número real desses trabalhadores, para serem apresentados*
1499 *na Conferência, conforme sugestão do Conselheiro Renato Saidel. O Presidente ponderou que a*
1500 *Comissão de Política havia feito um trabalho maravilhoso, o que devia ficar registrado, não havia*
1501 *discutido dados do SUAS, mas sim dos equipamentos estatais do SUAS, tendo que se tomar*
1502 *cuidado nessas indicações. O Conselheiro Renato Saidel, falando sobre a questão, colocou a*
1503 *necessidade de ampliar a visão e a tristeza por não poder participar da capacitação por ser*
1504 *trabalhador da rede complementar, devendo se avaliar a sua inclusão nesse processo, ampliando a*
1505 *abrangência dessa proposta. O Conselheiro Antônio Castro informou que trabalhava na SAGI, no*
1506 *departamento que tratava diretamente dessa atividade de capacitação, junto com a SNAS e o*

1507 DGSUAS na estruturação da proposta do acordo de empréstimo do BID para essa questão. Que era
1508 importante que o Conselho se apropriasse do que estava sendo discutido e oferecesse contribuições,
1509 discorrendo sobre a preocupação com relação à essa falta de abrangência desse projeto, a limitação
1510 jurídica existente e que estavam tentando superar. Esclareceu que do ponto de vista do documento
1511 que formalizaria o acordo de empréstimo, em uma última reunião haviam acordado em direcionar
1512 as iniciativas de capacitação e formação para os trabalhadores do SUAS de uma forma genérica,
1513 não especificar no termo de acordo se era efetivo ou não, para terem tempo de estudar alternativas
1514 de enfrentar essas limitações jurídicas. Falou sobre outros cursos colocados, a dificuldade existente
1515 na contratação e os estudos que estavam sendo feitos com diversas entidades para a contratação de
1516 serviços. O Conselheiro Pasquini manifestou sua preocupação com relação à certificação da
1517 formação profissional, emitida por qualquer órgão, desde que devidamente vinculado ao Sistema
1518 Federal de Ensino, ou Sistema Estadual de Ensino, com o mestrado profissional sendo credenciado
1519 pela CAPS, que credenciaria mediante solicitação. O Conselheiro Pedro Ost concordou que tinham
1520 que verificar as instituições idôneas, tendo que se tomar cuidado e que havia tentado fazer
1521 cruzamento de dados entre certas instituições, mas o que era difícil por não conseguir a razão social
1522 e que tentaria fazer essa averiguação. O Conselheiro Wagner discorreu sobre a questão, observando
1523 que a rede privada estava fora desse programa, conforme colocado pelo Secretário-Executivo do
1524 MDS quando havia falado no Conselho. Que a rede não governamental deveria não era reconhecida
1525 pelo governo, com essa parceria devendo ser reconhecida, assim como os projetos que realizava,
1526 com a Conselheira Leila concordando com sua fala e destacando o papel das entidades privadas em
1527 todos os setores. O Conselheiro Frederico concordou com as falas anteriores, sendo preciso trazer
1528 para discussão a participação dos trabalhadores da rede complementar nessas Conferências
1529 Municipais, Estaduais e na Nacional, tornando visíveis as suas ações. A Conselheira Eutália falou
1530 sobre a diferença entre a rede privada da Assistência social e a de outras políticas, sendo
1531 essencialmente pública e gratuita. Após discorrer sobre a atuação da rede não governamental na
1532 Assistência Social, observou que era preciso registrar que estavam vivendo um momento
1533 extremamente importante e rico no processo de reconhecimento da mesma como campo
1534 privilegiado, do conjunto do rol de serviços da proteção social não contributiva, no caso da
1535 assistência social, o que era importante que se referendasse. O Presidente, observando que a reunião
1536 estava quase terminando, solicitou que os Conselheiros fossem breves nas suas exposições, com os
1537 Conselheiros Renato Saidel, Carlos Rogério, Antônio Castro, Sérgio Wanderly, Jane, Clodoaldo e
1538 Pasquini falaram sobre a questão, colocando seu entendimento. A seguir, o Presidente considerou
1539 aprovada a Memória da Comissão de Política, considerando ser importante voltar para esse temário
1540 posteriormente. **Item Relato da Comissão de Normas**, pelo Conselheiro Pasquini: “*Memória da*
1541 *reunião da Comissão de Normas. Julho de 2011. Data: 12/07/2011. Horário: das 14h às 18h.*
1542 *enquanto está sendo distribuído, vou fazer a leitura das pessoas que participaram desta reunião.*
1543 *Conselheiros titulares presentes: Antônio Celso Pasquini; Carlos Rogério de Carvalho Nunes;*
1544 *Fátima Aparecida Rampin; Samuel Rodrigues; Simone Aparecida Albuquerque. Conselheiros*
1545 *suplentes presentes: Wagner Carneiro de Santana; Renato Saldei Coelho; Ana Carolina de Barros*
1546 *Pinheiro Carrenho. Ausência do Conselheiro Titular: Renato Francisco dos Santos Paula.*
1547 *Ausência dos Conselheiros Suplentes: Antônio Santos Barbosa da Castro; Mariana Menezes*
1548 *Santelli Roverse; e Igo Martini. Apoio da CNAS: Ariane de Almeida Rodrigues; Dialuana Larissa*
1549 *Loup; Letícia Mendes. Convidados: Carolina Gabas Stuchi — Diretora do Departamento da Rede*
1550 *Socioassistencial Privada do SUAS — DRSP/SNAS/MDS; Ana Paula Gonçalves — Coordenadora-*
1551 *Geral de Acompanhamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS - DRSP/SNAS/MDS;*
1552 *Renata Espíndola — Coordenadora-Geral de Certificação — DRSP/SNAS/MDS;Guilherme A. S.*

1553 *Ferreira — DRSP/SNAS/MDS; Lilian Moreira Costa — DRSP/SNAS/MDS. Verificado o quorum,*
1554 *deu-se início à reunião. 1. ASSUNTO: Acompanhamento dos processos de certificação. A Diretora*
1555 *do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, Sra. Carolina Gabas Stuchi,*
1556 *apresentou as planilhas (em anexo) com a situação dos processos que estão hoje no Ministério do*
1557 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome — MDS, acrescentando o campo “motivo do*
1558 *indeferimento”, com as seguintes informações: a última publicação de decisão ocorreu em*
1559 *fevereiro último, mas não há certificados vencidos pendentes de análise; está sendo priorizada a*
1560 *análise de representações, revisões, reconsiderações e denúncias, mas apenas serão publicadas as*
1561 *decisões que implicarem o cancelamento do certificado válido; o MDS já foi instado a se*
1562 *manifestar em 2 processos da saúde; está sendo implementado um sistema com aplicativo para que*
1563 *o público externo possa verificar a fase em que o processo se encontra, emitir comprovante de*
1564 *protocolo e confirmar a autenticidade do comprovante; esse sistema estará em pleno*
1565 *funcionamento no próximo mês; a Consultoria Jurídica do MDS finalizou a revisão da proposta de*
1566 *portaria que irá substituir a IN nº 01/2010, que estabelece procedimentos relativos à certificação,*
1567 *no âmbito do MDS e que, em breve, a portaria deverá ser publicada; também deverá ser publicada*
1568 *a portaria conjunta que cria a Comissão Interministerial para acompanhar o processo de*
1569 *certificação, formada pelo MDS, Ministério da Saúde — MS e Ministério da Educação — MEC;*
1570 *está sendo discutida entre a Receita Federal e o MDS, o MS e o MEC a implementação do plano de*
1571 *contas padronizado das entidades e da declaração de benefício fiscal; o DRSP sugerirá à Receita*
1572 *Federal que ela lance um software público e simplificado que as próprias entidades possam*
1573 *preencher, dispensando a necessidade de consultoria contábil. Encaminhamentos: 1.1. Propor a*
1574 *criação de um fórum de discussão entre os três ministérios e a sociedade civil. 1.2. Solicitar à*
1575 *Diretora do DRSP que leve para a Comissão Interministerial a proposta do CNAS de criação do*
1576 *fórum. 1.3. Revisar, na próxima reunião da Comissão, a Resolução nº 15/2010, que aprova o*
1577 *modelo de certidão, de modo a evitar conflito entre as informações prestadas pelo DRSP e pelo*
1578 *CNAS, acerca da situação atual do processo da entidade. 2. Assunto: Sistematização e*
1579 *regulamentação das competências do CNAS definidas no mc. III do art. 27 da Lei nº 12.101/2009,*
1580 *abaixo transcrito: Art. 27. Verificado prática de irregularidade na entidade certificada, são*
1581 *competentes para representar, motivadamente, ao Ministério responsável pela sua área de atuação,*
1582 *sem prejuízo das atribuições do Ministério Público: III. Os conselhos de acompanhamento e*
1583 *controle social previstos na Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e os Conselhos de Assistência*
1584 *Social e de Saúde; Encaminhamento: 2.1. O DRSP apresentará proposta de resolução definindo os*
1585 *procedimentos para que os Conselhos de Assistência Social (nacional, estaduais, municipais e do*
1586 *DF) apresentem representação, bem como os procedimentos internos do CNAS e os parâmetros*
1587 *para os demais Conselhos de Assistência Social. O documento deverá ser encaminhado por e-mail*
1588 *aos conselheiros da Comissão, para análise e aprovação na próxima reunião. 3. Assunto:*
1589 *Orientações conjuntas do CNAS e do DRSP sobre a inscrição e a certificação. A diretora do DRSP,*
1590 *Sra. Carolina Gabas Stuchi, apresentou a proposta de orientações conjuntas do CNAS e do*
1591 *DRSP/SNAS sobre a inscrição e a certificação, em especial sobre o processo de transição previsto*
1592 *na Resolução nº 16/2010. Conforme deliberado na Plenária de junho, após a aprovação de tal*
1593 *documento, deverá ser realizada unia teleconferência do DRSP e do CNAS, sobre inscrição e*
1594 *certificação. Encaminhamento: 3.1. O DRSP acrescentará ao documento um esclarecimento*
1595 *destacando que as inscrições são válidas por tempo indeterminado, ainda que, antes da publicação*
1596 *da Resolução nº 16/2010, elas tenham sido emitidas com prazo de validade. 3.2. O DRSP fará uma*
1597 *revisão do documento com base na discussão ocorrida durante e reunião, considerando também as*
1598 *perguntas e respostas sobre a inscrição e a certificação que estão no site do CNAS, e enviará a*

1599 *versão final aos membros da Comissão para análise e aprovação na próxima reunião Após a*
1600 *aprovação do documento, a Plenária, se houver consenso, devera ser realizada a teleconferência.*
1601 *3.3. Após a aprovação deverão ser divulgadas no mailing do CNAS e do DRSP. 3.4. A Comissão*
1602 *pautará a discussão dos seguintes assuntos: entidades com restaurantes comunitários e economia*
1603 *solidária, convidando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, para*
1604 *o debate; será estudada a co-gestão; e infraestrutura e alvará de funcionamento das entidades.*
1605 *Esta é pauta para a próxima reunião! 3.4. isto é pautada próxima reunião, de agosto. 4. Assunto:*
1606 *Debate acerca de como viabilizar a participação do usuário. Conforme encaminhamento da*
1607 *Plenária de junho, foi feito um convite ao Sr. Edval Bernardino Campos para mediar reunião*
1608 *conjunta entre as Comissões de Normas e de Conselhos, visando à discussão do assunto, junto ao o*
1609 *convite, foi enviado o documento elaborado pela Sra. Márcia Biondi Pinheiro e o consolidado da*
1610 *consulta pública sobre a eleição da sociedade civil no CNAS. O convidado justificou a*
1611 *impossibilidade de comparecimento nesta reunião, encaminhou um documento com suas*
1612 *contribuições e assinalou a possibilidade de estar presente na reunião de agosto, o que já*
1613 *confirmou. **Encaminhamento.** 1.1. Realizar à reunião conjunta no dia 16 de agosto, das 9h às 12h,*
1614 *convidando o Sr. Edval Bernardino. 5. Assunto. Dúvida do CMAS Cascavel/PA, sobre a*
1615 *participação de adolescentes nas conferências de assistência social, e na composição do conselho*
1616 *de assistência social. Conforme encaminhamento da plenária de junho, a participação de*
1617 *adolescentes nas conferências deve ser incentivada, contudo, a comissão aguarda a resposta à*
1618 *consulta ao CONANDA, e ao CONJUV, sobre a existência de instrumentos normativos que tratem*
1619 *da participação de adolescentes nos conselhos. **Encaminhamento:** enviar o esclarecimento sobre o*
1620 *incentivo à participação de adolescentes para o e-mail dos conselhos de assistência sócia. 5.2.*
1621 *Aguardar a resposta do CONANDA e do CONJUV. 6. Assunto. Duvida sobre a representação dos*
1622 *trabalhadores nas eleições do CMAS de São José dos Pinhais/PA. Segue a transcrição do e-mail*
1623 *recebido: “Bom dia, fui um dos articuladores pelo segmento dos trabalhadores junto ao encontro*
1624 *nacional SUAS, pela capital do Paraná. Ontem, 15 de junho, fomos convidados, e aceitamos*
1625 *participar junto ao sindicato dos trabalhadores municipais do município de São José dos Pinhais.*
1626 *Lá o sindicato está sendo impedido de colocar-se como representante oficial dos trabalhadores do*
1627 *SUAS, junto ao CMAS, sobre a alegação que só conselho de categorias são representativos.*
1628 *Expusemos que esta orientação é indevida, e que buscassem junto ao CEAS uma posição, porém,*
1629 *em contato telefônico com o CETEP, segundo o presidente do sindicato SINESP, a mesma lógica*
1630 *foi relatada. Entendemos que o sindicato represente todos os trabalhadores e não só os conselhos.*
1631 *Além de terem vários trabalhadores e com um trabalho que reforce e destaque a assistência social,*
1632 *organizem plenárias e debates e querem o fortalecimento enquanto política de estado. Qual é a*
1633 *orientação oficial neste caso? Indicamos que oficializassem à vocês, porém no dia 17 de junho*
1634 *terão eleições para o conselho municipal, e temo que não haja tempo hábil. Entraram com liminar*
1635 *para participar. Vera Lúcia Armstrong, Conselheira Municipal de Assistência Social, conselheira*
1636 *suplente desta região.” Encaminhamento. Responder de acordo com o artigo primeiro, caput, do*
1637 *artigo segundo da Resolução 23/2006, que regulamenta o entendimento acerca dos trabalhadores*
1638 *do setor. 7. Assunto. Representação judicial de conselheiros e ex-conselheiros do CNAS por*
1639 *advogados da União em ação contra atos praticados no exercício de conselheiros.*
1640 ***Encaminhamento:** convidar a consultora jurídica do MDS, Sra. Lúcia Maria Pereira, para*
1641 *esclarecer o assunto na próxima reunião da comissão. 8. ASSUNTO: Assuntos para a pauta para*
1642 *próxima reunião: Manhã: 1. Reunião conjunta com a Comissão de Conselhos para discutir a*
1643 *viabilização da participação do usuário na política de assistência social. Tarde: 1.*
1644 *Esclarecimentos sobre a representação judicial dos Conselheiros e ex-Conselheiros; 2.*

1645 *Orientações conjuntas CNAS/DRSP sobre a inscrição e a certificação; 3. Resolução com*
1646 *parâmetros e procedimentos para apresentação de representação; 4. Revisão da Resolução nº*
1647 *15/2010; 5. Esclarecimentos sobre a participação de adolescentes na composição dos Conselhos de*
1648 *Assistência Social; Debate sobre as entidades que atuam com restaurantes comunitários e*
1649 *economia solidária; Debate sobre a cogestão; Debate sobre a infraestrutura das entidades e o*
1650 *alvará de funcionamento destas”.* Informou que em anexo estavam os processos de concessão e
1651 renovação anteriores à lei e depois da lei, processos de renúncia. A Conselheira Leila referiu-se ao
1652 encaminhamento, informando existir uma queixa comum de todos os Conselhos sobre a forma
1653 como todos os ofícios que pediam esclarecimentos ao Conselho em relação ao entendimento de
1654 algum procedimento ou algum artigo, ou algum conteúdo que questionavam, com a citação da
1655 norma ao invés de esclarecer a questão, colocando como demanda do Conselho Municipal de Porto
1656 Alegre. O Presidente esclareceu que as instâncias eram autônomas e tinham parâmetros
1657 orientadores para determinadas questões, podendo se informar que tinham um conjunto normativo
1658 que seguiam para essas respostas. que utilizamos e nos balizamos para que se tenha uma expectativa
1659 para além. O Presidente sugeriu que o item 7 fosse removido, visto que a Dra. Lúcia viria conversar
1660 com o Pleno, passando para o 8: Assuntos para a próxima pauta: A Conselheira Leila ponderou que
1661 gostaria de entender qual era a preocupação que gerava o debate sobre a infraestrutura das entidades
1662 e o alvará de funcionamento. A Conselheira Eutália referiu-se à pauta da manhã, reunião conjunta
1663 com a Comissão de Conselhos para discutir a viabilização da participação do usuário na política de
1664 Assistência Social, com a consulta pública remetendo ao assunto, mas tendo um debate mais amplo,
1665 tendo que se acertar a pauta visto que essa consulta era referente ao processo eleitoral do Conselho,
1666 com o Conselheiro Pasquini esclarecendo que quando se discutia a viabilização da participação do
1667 usuário na política, era sobre todos os aspectos, inclusive na participação dos Conselhos. Que havia
1668 três documentos, resultado da participação da última Conferência, dos usuários, o resultado da
1669 consulta pública, e mais um terceiro, escrito pelo professor Edval . O Presidente observou que eram
1670 temas distintos, a Comissão de Normas havia abordado um aspecto específico da questão dos
1671 usuários, que passava pelo processo eleitoral, e a Comissão de Conselhos estava pautando essa
1672 discussão e ademais depurando o material da consulta pública, ponderando que a reunião conjunta
1673 englobava dois momentos nessa discussão. Observou que a participação do professor Edval se
1674 referia à questões referentes ao usuário, com o Conselheiro Pasquini informando que os três
1675 documentos haviam sido encaminhados ao professor Edval, que mediará a discussão a respeito do
1676 usuário. Após colocações sobre a consulta pública, a Conselheira Eutália registrou na Memória que
1677 a consulta pública também seria discutida e ia além da participação do usuário. A Conselheira Leila
1678 solicitou esclarecimentos em relação à infraestrutura das entidades e alvará de funcionamento , com
1679 o Conselheiro Pasquini esclarecendo as condições que deveria apresentar para seu funcionamento,
1680 inclusive o CRAS está regulamentado,na questão da acessibilidade. O Conselheiro Antônio Castro
1681 complementou que constava no documento de acordo de empréstimo do BID, um recurso destinado
1682 à adequação dos CRAS, respeitando os critérios estabelecidos. O Conselheiro Pedro Ost referiu-se
1683 às três questões que haviam sido levantadas, uma das quais se referia à Assistência Social em termo
1684 das trinta horas, cumpridas pelas entidades, mas não pelo governo. Ponderou que as entidades
1685 tinham que cumprir as normas sobre estrutura, sendo que os municípios e estados não atendiam
1686 muitas questões, sobre o que sempre tinha se manifestado contrário. A Conselheira Marisa destacou
1687 que cumpriam a determinação sobre as trinta horas, ao que o Conselheiro Pedro Ost ressaltou que
1688 era a quarta vez que estavam discutindo a questão do sistema e nunca haviam sido atendidos e
1689 respondidos, discorrendo sobre o orçamento destinado ao Sistema S e ao PRONATEC, maior do
1690 que o destinado ao Fundo, manifestando sua contrariedade com a situação. Em não havendo mais

1691 nenhuma colocação, o Presidente considerou aprovada a Memória da Comissão de Normas.
1692 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de
1693 todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço
1694 de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata,
1695 aprovada em reunião de de de dois mil e onze.